

Luís Antonio Groppo

**1968: RETRATOS DA REVOLTA
ESTUDANTIL NO BRASIL E NO MUNDO**

Piracicaba, 2008

Sumário

1968: uma revolta juvenil mundial.....	3
I – A REVOLTA E O MUNDO.....	5
1. Uma onda mundial de revoltas.....	6
2. Reviravolta nas universidades.....	9
3. Da questão universitária à crítica político-social.....	13
4. Movimentos Estudantis e classes populares.....	15
5. Terceiro Mundo e Movimentos estudantis.....	18
II – A REVOLTA E O BRASIL.....	27
1. Do populismo ao Regime Militar.....	28
2. As classes médias.....	34
3. Novas esquerdas.....	37
4. 1961-1967.....	49
5. 1968.....	54
6. Os jovens e as artes.....	59
Conclusão.....	73
Referências Bibliográficas.....	75

1968: uma revolta juvenil mundial

Assim que se começa a estudar sobre os movimentos estudantis de 1968, se depara com o caráter mundial destas revoltas juvenis. Logo se poderia pensar que as revoltas teriam começado nos países “desenvolvidos” ou do “Primeiro Mundo”, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Como imitação ou seguindo o exemplo, teriam os estudantes dos demais países do mundo também se revoltado.

O que proponha nesta análise sobre 1968 é que seja outro o olhar sobre tais movimentos. Eles conformam uma onda mundial, uma corrente global de rebeliões e contestações em que o todo é quem permite compreender as partes, ou seja, um olhar exclusivo sobre as revoltas de um ou alguns poucos países – dos quais, supostamente, os demais teriam feito cópias pálidas e inautênticas – não é o mais interessante e revelador. É preciso, antes, entender as partes na sua relação com o todo e conceber o todo como formado pelo complexo de causas e conseqüências dos movimentos, e pelos próprios movimentos. Com isto, as próprias partes, em suas singularidades, podem ser melhor compreendidas.

É isto que busco neste livro, e é por isto que discuto aspectos mais gerais e globais das rebeldias estudantis de 1968, para depois me debruçar mais detidamente sobre o Brasil. O movimento que vai do todo às partes, encontrará seu devido contraponto no olhar que vem das partes ao todo.

Voltando à questão dos supostos autores mais autênticos da revolta de 1968, se olharmos mais atentamente para as temporalidades daquela onda mundial, perceberemos que os movimentos no chamado “Terceiro Mundo”, nos países “subdesenvolvidos”, “em desenvolvimento” ou “dependentes” tiveram certa precedência no tempo em relação àquelas mais famosas na Europa e nos Estados Unidos. Enfim, deve se destacar a influência para o conjunto daquela onda mundial de ideologias fomentadas no Terceiro Mundo, tanto o “terceiro-mundismo” quanto os socialismos gestados em países outrora submetidos ao imperialismo europeu e norte-americano, em especial China e Cuba.

É com este olhar que desejo realizar a descrição e análise – esta interpretação – dos movimentos estudantis de 1968, primeiro no mundo, depois no Brasil. Talvez fosse melhor chamar de movimentos estudantis, mesmo ao se referir ao contexto nacional. No caso do Brasil, tivemos em 1968 não um movimento estudantil, mas antes um complexo

de revoltas estudantis estaduais e mesmo locais – em especial nas grandes cidades – que se conjugaram em algumas bandeiras de luta mais conscientes – notadamente contra o Regime Militar – e desejos nem sempre conscientes. Estes desejos, não necessariamente racionalizados pelos próprios desejantes, conformam o veio principal do caráter cultural – de contestação comportamental e de valores - presente nestas revoltas. Isto fez com que tais movimentos carregassem, imbricados aos seus aspectos políticos, aspirações juvenis pela “liberação” de comportamentos e transformações dos valores do cotidiano.

Este olhar dirigido também para o aspecto juvenil e contracultural de 1968 complementa o foco de interpretação desta obra. Proponho, em relação ao aspecto da juventude desta onda mundial, que foi justamente o caráter juvenil desta o seu principal denominador comum. Nem todos os movimentos foram levados adiante por estudantes de classes médias das grandes cidades do mundo, ainda que tal retrato caracterize a maior parte dos movimentos. Contudo, nos demais movimentos sociais de 1968, secundários ou não na sua importância histórica, como guerrilhas anti-imperialistas, focos revolucionários, contraculturas, movimentos de operários, de camponeses e de estudantes de Ensino Médio, o caráter juvenil das mobilizações foi marcante. Ele esteve presente na idade da maior parte ou parte relevante de seus militantes, ou, ao menos, na juvenilidade de suas metas e bandeiras.

A maioria dos textos que deram origem a este livro já havia sido antes publicada em revistas acadêmicas ou fizeram parte de minha tese de doutorado, “Uma onda mundial de revoltas”, de 2000. Todos, entretanto, foram reelaborados especialmente para este fim.

Na parte I, os capítulos 1 a 4 se originam do artigo “Universidade e comunidade na perspectiva dos movimentos estudantis dos anos 1960”, publicado pela revista *Educação Unisinos* (São Leopoldo, vol. 9, n. 1, jan.-abr./2005) e *História da Educação* (Pelotas, vol. 9, n. 18, set./2005). O cap. 3 do artigo “Terceiro Mundo e movimentos estudantis dos anos 1960”, pela revista *Educação e Cidadania* (Campinas, vol. 4, n. 2, jul.-dez./2005). Na parte II, os capítulos 1, 2 e 6 são originários da minha tese de doutorado. O capítulo 3 é uma versão modificada de trechos do capítulo “As novas esquerdas e o movimento estudantil no Brasil: 1961-1967” (publicado no livro *Movimento estudantil brasileiro e a Educação Superior*, organizado por M. Zaidan Filho e O. L. Machado, Editora da UFPE, 2007) e do artigo “A questão universitária e o movimento estudantil no Brasil nos anos 1960” (Revista *Impulso*, Piracicaba, vol. 16, n. 40, maio-ago./2005).

I – A REVOLTA E O MUNDO

1. Uma onda mundial de revoltas

Os movimentos estudantis dos anos 1960 não foram um fenômeno exclusivo dos países “desenvolvidos”, nem se pode dizer que tenham se iniciado aí ou aí foram mais longe. Isto não significa desconsiderar a importância dos movimentos do Primeiro Mundo, pelo contrário. Na França, destacaram-se o Maio de 68 em Paris e a greve que parou o país neste mês; na Alemanha, movimentos estudantis na então Berlim Ocidental desde o início da década de 1960; na Itália, uma greve de amplas proporções em 1969; nos EUA, amplos movimentos estudantis e de grupos de esquerda contra a Guerra do Vietnã, entre outros.

Na América Latina, destacam-se o Brasil e o México (onde o governo mexicano mandou o Exército atirar contra multidão desarmada na Praça das 3 Culturas, matando centenas de pessoas e prendendo 2 mil). Na Ásia, Japão, Vietnã, Paquistão e Bangladesh (onde, em 1968, quando era ainda parte do Paquistão, a ocupação do país pelo Exército resultou na morte de milhares de pessoas, inclusive 500 estudantes da Universidade de Dacca), Sri Lanka, Índia, Iraque, Irã, Síria, Israel, Palestina, Turquia, Líbano, Tailândia, Birmânia, Malásia etc. Na África, Nigéria, Senegal, Egito (onde uma batalha entre polícia e estudantes resultou na morte de 60 pessoas), Argélia, Marrocos, Mauritânia, Congo, Camarões etc. No antigo mundo socialista, Polônia, ex-Iugoslávia, ex-Cecoslováquia, antiga Alemanha Oriental e, na China, a Revolução Cultural Chinesa.

Apesar da diversidade nacional, regional e étnica dos movimentos estudantis, havia uma base comum. Primeiro, se tratava de movimentos de juventude universitária com origem principalmente das classes médias (principalmente das “novas classes médias”). Segundo, os movimentos se deram principalmente nas grandes cidades, que eram centros políticos e econômicos (São Francisco, Washington, Nova York, Londres, Berlim, Paris, São Paulo, Rio de Janeiro, Cidade do México, Praga, Tóquio, Cairo etc.). Terceiro, tinham como “causa” um contexto histórico geral em comum: fatores geopolíticos como a Guerra Fria e a descolonização da Ásia e da África; fatores sócio-econômicos como o enorme avanço da economia mundial no Pós-2ª Guerra e a ascensão das novas classes médias (mais ligadas aos setores de serviços e técnicos); e fatores político-culturais como as transformações nas universidades, os novos radicalismos e a contracultura.

Foram inúmeros os temas comuns originados por esta “onda mundial” de revoltas juvenis: a forte crítica ao “imperialismo” norte-americano (inclusive dentro dos

EUA, nos protestos contra a Guerra do Vietnã); a crítica à convivência soviética para com o imperialismo americano e sua tese da “convivência pacífica”; os temas da democracia radical na sociedade e na Universidade; solidariedade aos movimentos antiimperialistas de libertação nacional, no Vietnã, na África, Ásia e América Latina; influência dos socialismos do “3º Mundo” ou heterodoxos, como o maoísmo e a Revolução Cultural Chinesa, a Revolução Cubana, o mito do Che e a teoria do foco, muitas vezes incentivando ações revolucionárias e a luta armada; propostas de reestruturação e transformação da vida cotidiana e da cultura em conjunto (não após) a transformação política e econômica, sob a influência da Revolução Cultural Chinesa, por um lado, e da Contracultura e dos *hippies*, por outro. A respeito deste último aspecto, em todos os movimentos sempre houve ações efetivas na arte e na contestação de valores e tradições da vida cotidiana: no Brasil (cinema novo, canção de protesto e tropicalismo), nos EUA (movimento *hippie*, drogas psicodélicas, relações tensas, mas complementares entre radicalismo estudantil e contracultura), na França (grafites, panfletos), no mundo socialista soviético (literatura e teatro de dissidentes), na Revolução Cultural Chinesa (cartazes e caricaturas), entre outros.

Acredito que a verdadeira questão não é por que os estudantes de hoje não seriam tão politizados ou não se revoltam tanto quanto antes, mas por que se revoltaram nos anos 1960. A resposta está na conjugação de todos estes fatores agravantes. As alternativas oferecidas pelo “sistema” eram, então, insatisfatórias, seja da mídia e indústria cultural massificada, seja do discurso de fundo moralizante e tradicionalista do mundo “democrático”, seja a estreita visão ortodoxa vinda do comunismo soviético. Contra isto, os jovens buscaram respostas e modelos alternativos: Che Guevara e Cuba, Mao e China, Vietnã e lutas dos povos oprimidos nos países do 3º Mundo, intelectuais e novas organizações de esquerda que criticavam o comunismo soviético (Marcuse e Escola de Frankfurt, novas revistas e organizações de nova esquerda na Europa, grupos de discussão e ação estudantil) e contestadores culturais (no Brasil, o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes, cinema novo, música de protesto e tropicalismo; nos EUA, poesia *beat*, descoberta e uso de drogas “psicodélicas”, *hippies*, contraculturas e a busca de misticismos orientais).

Nos anos 1960, entre as visões alternativas, funcionando inclusive como detonador dos movimentos estudantis, estava a crítica da universidade e sua relação com a sociedade..

2. *Reviravolta nas universidades*

Um importante ponto de partida para compreender os movimentos estudantis dos anos 1960 se refere às transformações enfrentadas pela instituição de onde brotaram tais movimentos, a universidade. A primeira grande reviravolta das universidades, em todo o mundo, no pós-Segunda Guerra Mundial, foi seu processo de “massificação” – o que não deve ser confundido com sua “democratização”:

Antes da Segunda Guerra Mundial, mesmo a Alemanha, França e Grã-Bretanha, três dos maiores países, mais desenvolvidos e instruídos, com uma população total de 150 milhões, não tinham juntos mais que aproximadamente 150 mil universitários, um décimo de 1% de suas populações somadas. (No final dos anos 1980) os estudantes eram contados aos milhões na França, República Federal da Alemanha, Espanha e URSS..., isso sem falar no Brasil, Índia, México, Filipinas e, claro, EUA, que tinham sido pioneiros na educação universitária de massa (Hobsbawm, 1995, p. 290).

Como se percebe pelos dados acima, este processo de massificação não era exclusivo do Primeiro Mundo, mas também se via presente em alguns nichos de “desenvolvimento” no Terceiro Mundo, sem esquecer o antigo mundo socialista. No Brasil, por exemplo, os 27 mil estudantes universitários em 1945 se transformariam nos 425 mil no ano de 1970 (Reis Filho, 1998, p. 66; Martins Filho, 1998, p. 11-26).

Mas esta reviravolta mais visível tinha vinculação orgânica com outra ainda mais importante: a transformação na “função social” das universidades, que passam a ser, de modo mais patente, centros de formação profissional e de mão-de-obra técnica especializada. Um primeiro componente da “crise da universidade” dos anos 1960 está dado: o confronto entre o modelo tradicional e elitista, visando formar as “elites” intelectuais e políticas, e o modelo tecnicista-profissionalizante. Enquanto o modelo tradicional possuía uma concepção contemplativa do saber, o segundo propunha a formação de técnicos especializados em dadas áreas da ciência aplicada, valorizando a ciência no seu aspecto instrumental.¹

Galbraith, em 1967, descrevendo a tecnoestrutura que passou a dirigir as grandes empresas no capitalismo mundial de então, demonstrava que a grande expansão nas matrículas para o ensino superior – principalmente nos EUA, mas não apenas – se explicava pelo fato de que as novas tecnologias, nas mãos das grandes empresas, exigiam mão-de-obra especializada, a ser formada, a partir de então, pelas universidades

¹ Segundo Michel Foucault, “Maio de 68 matou o ensino superior nascido no século XIX, esse curioso conjunto de instituições que transformou uma pequena fração da juventude na elite social” (*apud* Singer, 1997, p. 153).

massificadas (Galbraith, 1977). Apesar de Galbraith tomar como modelo, principalmente, os EUA, esta promiscuidade entre universidade, tecnologia e mercado era denunciada em outros países, como na Itália, em 1968, em que o documento produzido pela Comitê de Agitação dos estudantes que ocuparam a Universidade de Turim afirmava:

A investigação científica na Itália está organizada e dirigida diretamente pelas indústrias e exclusivamente para seu proveito. [...] Os pesquisadores da Universidade se convertem praticamente em dependentes da indústria que dá a eles o encargo. Se a soma dada para o financiamento da pesquisa é demasiadamente grande, o instituto de pesquisa se transforma praticamente em um departamento da oficina de projetos da indústria que financia e controla a pesquisa, como é o caso da maioria dos institutos da Politécnica de Turim e de alguns institutos da Faculdade de Química (Documento estudantil produzido pelo Comitê de Agitação dos estudantes que ocuparam a Universidade de Turim, “Didattica e repressione”, *apud* Viale, 1969, p. 16).

Enquanto isto, nos países do “Terceiro Mundo”, não apenas na América Latina, mas também naqueles territórios recém-libertos do imperialismo ocidental, a educação superior passou a ser vista como uma espécie de garantia à elite política e social. Classes populares e classes médias passaram a considerar a educação – e não apenas a superior – como parte nodal dos projetos familiares de “ascensão social”. Não era evidente que a universidade estava deixando de ser produtora instantânea de novos quadros para as elites intelectuais e políticas. Logo, portanto, teria de vir a frustração. Parte da rebeldia estudantil dos anos 1960 é, muito provavelmente, fruto em parte inconsciente da frustração de classes sociais médias e subalternas diante dos resultados mais ou menos magros do investimento de recursos e de esperanças nos filhos que foram graduar-se. Provavelmente, mais que no Primeiro Mundo, foi no Terceiro Mundo que mais se evidenciou esta contradição da universidade em sua relação com a nova estrutura da sociedade e da economia. Na verdade, cronologicamente, talvez excetuando o caso particular da Universidade Livre de Berlim Ocidental, é nas universidades do Terceiro Mundo que a “questão universitária” começa a gerar mais claramente movimentos estudantis que passariam, logo, a contestar todos os demais aspectos sociais, políticos e econômicos do mundo nos anos 1960.

Foram diversas as tentativas dos governos de implementar reformas universitárias, não apenas no Brasil, mas também em países “desenvolvidos” como a França (cujo Plano Fouchet, introduzido no final de 1967, foi uma das causas do Maio de 1968), reformas estas que, simplesmente, tentavam adaptar as universidades a esta nova realidade profissionalizante e tecnicista. Nos três “mundos”, inclusive nas universidades da América Latina e da antiga Iugoslávia, os estudantes viram-se em meio

a um contraditório processo de “reviravolta” das universidades, processo do qual nem sempre puderam compreender em toda a sua complexidade. Contudo, em geral, foi da crítica à condição da universidade que surgiram os principais movimentos estudantis. Foi a partir da reflexão sobre a crise do ensino superior que os jovens partiram à crítica de quase todas as questões mais gerais sobre a sociedade, política e economia de sua nação e do globo. Os movimentos estudantis chegaram a considerar que, no fim, o que seria realmente importante aprender estava não apenas fora das universidades, como também era desconsiderado pelos professores de então, nos anos 1960, temas como “a psicanálise, Vietnã, o desenvolvimento econômico, [...] a difusão social e política da pesquisa filosófica etc. etc.” (Documento estudantil produzido pela Comitê de Agitação dos estudantes que ocuparam a Universidade de Turim, “Didattica e repressione”, *apud* Viale, 1969, p. 24).

Na visão dos movimentos estudantis, portanto, não se tratava de opor o elitismo à massificação, ou a ciência contemplativa à razão instrumental, mas sim, fundamentalmente, de pregar a politização da ciência e a função social da educação:

Nossa preocupação não é somente formar técnicos, cientistas ou artistas, mas que eles tenham uma formação integral, com uma função engajada, uma dimensão social, voltada para o progresso de sua pátria, de liberdade para os homens, de humanização para este mundo de todos os homens (Jorge Fagali Neto *apud* *Revista DCE USP Livre*, 1965, p. 1).

Nos falamos de “tratamento etiológico”. Nos falamos de “profissionalismo asséptico”. São termos incompatíveis. [...] É necessário, como médicos, que nos politizemos. É necessário que velemos pela SAÚDE DE TODOS OS HOMENS, não só dos que vão aos consultórios particulares e clínicas de luxo... O doutor Guevara² não era um “profissional asséptico” (Boletim informativo de grupo de estudantes de medicina de Salamanca, em fevereiro de 1968, *apud* Garrigó, 1970, p. 122).

Estes dois relatos exemplificam a concepção generosa, mas idealista e até elitista, que os movimentos estudantis tinham a respeito do seu papel na transformação da sociedade, de como deveria ser a relação com as camadas populares e as comunidades. Como se verá adiante, esta postura às vezes elitista se chocará com outra concepção forte presente no interior das ideologias destes movimentos, vindo do ideário das esquerdas socialistas: o poder da transformação social estaria nas mãos das classes proletárias, transformação (ou “revolução”) esta da qual os estudantes participariam apenas como uma espécie de detonador, de estopim. Na verdade, talvez o mais profundo

² Referência a Ernesto “Che” Guevara, médico de naturalidade argentina, que foi braço direito de Fidel Castro na Revolução que tomou o poder em Cuba em 1959.

entre os vários dilemas e contradições enfrentados pelos movimentos estudantis nos anos 1960.

3. Da questão universitária à crítica político-social

Influentes líderes estudantis nos anos 1960, como Daniel Cohn-Bendit (na França) e Mario Sávio (em Berkeley, Estados Unidos), reconhecem que a questão universitária foi a ponta de lança que levou o movimento estudantil a questionar praticamente todas as instituições, valores e políticas da sociedade e do sistema mundial de então:

A crítica da universidade era uma crítica fundamentalmente política, tão radical que colocava em questão toda a sociedade (Cohn-Bendit, 1988, p. 49).

A universidade é o lugar onde as pessoas começam seriamente a questionar as condições de sua existência e levantam o tema a respeito da maneira como podem se comprometer com a sociedade em que nasceram (Savio, 1965, p. 181).

A partir da insatisfação e protestos relativos à “crise da universidade”, os movimentos ampliaram seus questionamentos a ponto de abarcar praticamente todos os problemas sociais, como se os estudantes se considerassem a consciência crítica de um sistema social que se auto-alienava diante das injustiças econômicas e dos desmandos da geopolítica da Guerra Fria.

A abrangência das preocupações do movimento estudantil dos anos 1960 logo extrapolou o universo das unidades acadêmicas, ainda que esta *práxis* em direção à sociedade envolvente estivesse muitas vezes carregada de arrogância, elitismo, populismo e pretensão. Certamente, informados pela condição juvenil – que sobrevaloriza a experimentação (mais do que a experiência) e a vivência desabonada e idealista de ações que se acreditam transformadoras -, os movimentos estudantis foram capazes de grande criatividade, foram ousados em práticas que revolucionaram (mesmo que apenas momentaneamente) as relações de ensino, as relações cotidianas, as artes e os valores. Em si mesmos, os movimentos estudantis eram práticas de transformação social, exemplos a serem seguidos ou invejados por outros jovens e outros setores sociais. As reações dos diversos segmentos sociais foram variadas – entre os extremos do apoio entusiasta da população às passeatas estudantis e da aversão dos adultos que chegou a caracterizar um verdadeiro “conflito de gerações”.

São vários os casos bem sucedidos de relação com outros setores sociais. Primeiro, justamente a integração de diversos setores sociais com os estudantes nas passeatas. Este foi um fenômeno muito mais característico dos movimentos do Terceiro Mundo, principalmente na América Latina – como México e Brasil, casos em que o manifesto estudantil representava diversos graus de insatisfação e demandas da

sociedade civil em seu todo contra regimes autoritários. Um líder estudantil de Minas Gerais, em 1968, afirmava cruamente que o assassinato do estudante Edson Luís – estopim do movimento estudantil brasileiro em 1968 – era parte das comemorações do quarto ano do golpe militar de 1964, e provocava:

Devemos nos calar, devemos nos largar em nossas salas de aula? Devemos nos largar nas Universidades, ou em nossas residências, enquanto companheiros nossos, irmãos nossos foram ontem assassinados violentamente na Guanabara, por uma polícia orientada, por um governo orientado, por uma ditadura orientada? Nós achamos que não (Jorge Batista, em programa da Rádio Itatiaia, de Belo Horizonte, em 29 de março de 1968.).

O relato representa os estudantes se colocando na responsabilidade de tomarem a frente na luta contra um regime imposto pela força, ilegítimo, carregando em seus ombros a missão de toda uma sociedade civil.

Em 26 de junho de 1968, na cidade do Rio de Janeiro, aconteceu o mais importante evento do movimento estudantil brasileiro de 1968, a Passeata dos 100 Mil. Foi uma marcha pacífica de uma multidão formada não só por estudantes, mas pela população da metrópole, com o apoio de diferentes categorias sociais, em destaque as classes médias intelectualizadas. Notas de solidariedade aos estudantes foram feitas por organizações das mães de alunos, professores, jornalistas, servidores públicos, a Ordem dos Advogados do Brasil, setores do clero, entre outros (Dirceu; Palmeira, 1998).

Na Cidade do México, por sua vez, no dia 13 de setembro do mesmo ano, o movimento estudantil convocou a “Marcha do Silêncio”. Uma quase surrealista passeata, com centenas de milhares de pessoas em completo silêncio, foi organizada para provar que o movimento estudantil não era formado por arruaceiros e vândalos, como queria fazer crer o governo mexicano, mas sim por jovens organizados e com objetivos claros: “Parecia que estávamos pisoteando toda a verborragia dos políticos, todos os seus discursos, sempre os mesmos, a demagogia, a retórica, o monte de palavras que os fatos jamais respaldavam... íamos varrendo tudo debaixo de nossos pés” (Luis González de Alba, delegado do CNH [Conselho Nacional de Greve], *apud* Poniatowska, 1987, p. 60).

4. Movimentos Estudantis e classes populares

Um grande paradoxo invadiu o movimento estudantil, principalmente, como na América Latina, onde a influência das ideologias das novas esquerdas era maior. Ele se referia à relação do movimento estudantil com as classes populares trabalhadoras.

México, Brasil, França, Alemanha, ex-Checoslováquia etc. tiveram, em 1968, movimentos estudantis que, no discurso e na prática, tentaram ir ao encontro das “classes populares” – com diferentes graus de sucesso. O movimento estudantil oscilava entre conceber o operário e o camponês como líderes de uma revolução em que o estudante deveria se engajar (a visão ortodoxa da luta de classes), ou conceber a si mesmo – estudante – como mobilizador e educador das massas populares (uma visão elitista do populismo). Contudo, principalmente a partir de 1968, as novas esquerdas estudantis tenderam a concluir que o capitalismo, o imperialismo e os regimes coniventes só poderiam ser vencidos através do recurso à violência. Com a violência organizada, mesmo que em pequenos grupos terroristas, acreditavam estar contribuindo com a revolução popular ou, então, despertando nas camadas populares a consciência revolucionária. Numa contradição inusitada, no mesmo momento que o movimento estudantil conseguia inflamar o mundo, através da mobilização em massa de estudantes, em geral apoiados pela população, principalmente nas grandes passeatas nas principais cidades do mundo, parte importante de seus líderes – informados pelas novas esquerdas – concebiam soluções voluntaristas e violentas de “revolução”.

No Brasil, diante do apoio massivo de populares – vindos não apenas das classes médias – às passeatas estudantis no início de 1968, vários líderes estudantis quiseram ler este fenômeno como prova da disposição do povo de usar até mesmo a violência para “derrubar a ditadura” e combater o imperialismo: “As mais variadas parcelas do povo saíram da passividade em que se viam e despertaram para a luta. Não se trata de meras explosões passageiras, trata-se de uma ofensiva das forças populares revoltadas [...]” (Ante Projeto de Carta Política para UNE, 1968, p. 1).

Enquanto isto, na França, a partir de Paris, acontecia o famoso “Maio de 68”. Destaca-se, na manhã do dia 13, a Jornada Nacional de Protesto, convocada pelo movimento estudantil e as centrais sindicais contra a repressão aos estudantes, numa passeata que reuniu entre 700 e 800 mil pessoas. Iniciava-se a greve geral, que deveria durar apenas 24 horas nos planos das centrais sindicais, mas que se estendeu para muito além do esperado – no seu auge, em 3 de junho, contou com 9 milhões de grevistas em

todo o país. Mas a greve foi refluindo a partir de então, apesar de desesperadas tentativas do movimento estudantil de estabelecer o contato direto com as “bases” operárias. Diante dos acordos entre as centrais sindicais – principalmente a CGT (Central Geral dos Trabalhadores), informada pelo poderoso partido comunista francês – com o patronato e o governo francês, e diante do contra-ataque das forças conservadoras da sociedade francesa, o movimento estudantil e a greve geral foram se enfraquecendo, até desaparecer, e só restar, aparentemente, a força renovada do governo conservador de De Gaulle. Contudo, ficou também a inesperada experiência de uma união – efêmera no tempo, poderosa no espaço – entre estudantes e trabalhadores, principalmente os jovens operários, que foram os últimos a acatar a ordem de desmobilização dada pelos comunistas franceses.

No próprio antigo Bloco Soviético se deram experiências de união entre trabalhadores e estudantes, principalmente na ex-Checosláquia. A partir de revoltas estudantis, no final de 1967, iniciou-se o processo que culminaria na “Primavera de Praga”, quando um novo secretário geral do partido comunista, Alexandre Dubcek, esboçaria o projeto de um “socialismo com face humana”, com intenso apoio da sociedade checo-eslovaca – processo brutalmente interrompido pela invasão das tropas soviéticas em agosto de 1968. Enquanto durou a primavera, os estudantes foram uma espécie de “vanguarda” na mobilização da sociedade civil, tomando a frente na formação de organizações autônomas em relação ao partido comunista. A partir de março de 1968, os estudantes diretamente se encarregaram de agitar os meios operários. No dia 13, estudantes da Faculdade de Filosofia em Praga publicaram a “Carta Aberta aos Operários”, rechaçando as acusações dos conservadores de que eles desejavam “restaurar o capitalismo na Checoslováquia, quer dizer, o desemprego, a fome e a pobreza” e apelando aos operários para que, junto com os estudantes, façam “a união das forças progressistas da sociedade” (apud Broué, 1979, p. 64). Nos dias seguintes, foram feitos os primeiros contatos entre fábricas e faculdades. O porta-voz dos metalúrgicos de uma fábrica declarou em uma assembléia estudantil: “Aqueles que são seus inimigos não são os verdadeiros operários, são os parasitas, os burocratas do partido que não sabem nem mesmo manejar uma chave-de-fenda” (apud *ibid.*, p. 64-5).

Após a invasão pelas tropas russas e a tentativa de “normalização” do país – ou seja, o retrocesso em relação às mudanças feitas durante a primavera de Praga –, os estudantes voltaram a agitar a vida política, com intensas discussões, recriação de Parlamentos Estudantis e contatos com organizações populares e comitês operários. Foi

convocada uma greve geral em novembro de 1968, quando os estudantes ocuparam as unidades de ensino e, diante do silêncio da imprensa, utilizaram a comunicação oral direta, panfletos e boletins mimeografados para expressar suas idéias. Delegações de operários se dirigiram às universidades, ocupadas pelos estudantes, para demonstrar solidariedade. Pressionado pelos russos, o governo – ainda controlado por Dubcek – pediu o fim da greve, o que se deu no dia 20 de novembro de 1968.

5. Terceiro Mundo e Movimentos estudantis

Foram muitas as falhas e tragédias no processo do suposto desenvolvimento do Terceiro Mundo. Na tentativa de implementar, por bem ou por mal, a industrialização, a educação de massas e a consolidação do Estado Nacional, o que se promoveu, muitas vezes, foi tão somente o rompimento de laços tradicionais de socialização, o fracasso escolar em amplas proporções, as guerras civis, o terrorismo de Estado, entre outros. Estes e outros dramas já foram bastante descritos pelas Ciências Sociais, mas talvez ainda não totalmente compreendidos, a não ser dentro de esquemas do “dever ser” que não teriam sido devidamente seguidos graças a supostas perversidades humanas.

As chaves da globalização, da mundialização da cultura e da multiplicidade sócio-cultural, talvez, nos ajudem a redesenhar os caminhos tomados e perceber a sua lógica – por mais terríveis e desumanos que tenham sido os seus efeitos, por mais imoral que seja seu atual resultado. Também deve ajudar o enfoque sobre os movimentos juvenis e as juventudes, algo que tentei aqui realizar. Estes movimentos e grupos sociais foram, ao mesmo tempo, agentes e objetos fundamentais nestes processos de transculturação (inclusive fora do Terceiro Mundo). Nos anos 1960, foram as juventudes mobilizadas, talvez, os mais importantes agentes sociais na reconstrução das sociedades pós-colonização, atores políticos em movimentos de libertação nacional, socialistas e nacionalistas, produtores e consumidores de criações culturais múltiplas etc.

Mas o Primeiro Mundo também sofreu desde logo os efeitos da descolonização, um processo que afetou o interior das antigas potências colonizadoras, despertando uma consciência crítica contra o colonialismo em muitos setores das populações das metrópoles, que passaram a criticar o desenvolvimento à custa da exploração violenta de outros povos. Também dentro das potências colonizadoras foi importante o pensamento antiimperialista criado pelo socialismo, que criticava o colonialismo como uma maneira de reforçar o capitalismo. Líderes políticos e intelectuais surgiram na Europa defendendo a liberdade e o direito de autodeterminação dos povos colonizados, como Jean-Paul Sartre. Durante o processo da descolonização, antigas potências como a França, que resistiam ao fim de seus impérios, observaram no interior de sua sociedade movimentos contestadores – como os protestos de estudantes franceses contra a Guerra da Argélia.

Ao longo dos anos 1960, as tragédias da descolonização, do pós-descolonização e das guerras imperialistas (em destaque, a guerra do Vietnã) ajudaram a mobilizar estudantes em todas as regiões do planeta. Mobilizações que, muitas vezes, para além de defender as causas do Terceiro Mundo, chegaram a se inspirar nas suas ideologias e práticas: terceiro-mundismo, resistência não-violenta, guerrilhas, maoísmo, guevarismo etc.

Em 1968, empolgados pela espantosa reação dos vietnamitas do Norte e comunistas do Vietnã do Sul contra os Estados Unidos – a Ofensiva Tet –, muitos estudantes denunciariam com ainda mais veemência o imperialismo estadunidense. No Terceiro Mundo, muitas vezes estes movimentos souberam demonstrar que, em graus e modalidades diferentes, também o imperialismo dos EUA, com a conivência do seu pretense arquiinimigo, a União Soviética, era responsável pela condição de dependência, ditadura, pobreza, miséria ou guerra civil da sua nação.

Neste sentido, o Terceiro Mundo, se chegou a ser no início dos anos 1960 fonte de um sentimento de “caridade” e pena entre estudantes do Primeiro Mundo, logo se tornaria fonte de ideologias e *práxis* de protesto social. Para o próprio Terceiro Mundo, a onda mundial de revoltas juvenis de 1968 foi uma semente da consciência cosmopolita.

São diversos os exemplos de movimentos estudantis, ou eventos de protesto juvenil, no Primeiro e até no Segundo Mundo, em que a influência de acontecimentos no Terceiro Mundo serviu como estopim, motivação ou temática para os jovens. Além dos casos que comentarei a seguir, posso citar, na França, a atuação da UNEF (União Nacional dos Estudantes Franceses), que mobilizou os estudantes em diversos protestos desde 1960 contra a Guerra da Argélia. Na Inglaterra, protestos estudantis aconteceram contra a Guerra do Canal de Suez (em 1956) e contra a institucionalização do *apartheid* na ex-colônia inglesa da África do Sul (em 1968). Em Portugal, em prol da libertação da Angola em 1962.

Os precursores dos *hippies* dos anos 1960, os poetas *beats*, na verdade, já ilustravam a influência do terceiro-mundismo, em seu sentido amplo, como ideário capaz de colocar em causa as certezas da “sociedade afluyente” e da “cultura ocidental”. No trecho abaixo, tirado do clássico livro de Jack Kerouac, *On the Road*, os imigrantes e os negros, bem como a sua condição de pobreza, serviram como contraponto ao *american way of life*:

Num entardecer lilás caminhei com todos os músculos doloridos entre as luzes da 27^a com a Welton no bairro negro de Denver desejando ser um negro, sentindo que o melhor que o mundo branco tinha a me oferecer não era êxtase bastante para mim, não era vida o suficiente, nem alegria, excitação, escuridão, música, não era noite o suficiente... Desejava ser um mexicano de Denver, ou mesmo um pobre japonês sobrecarregado de trabalho, qualquer coisa menos aquilo que eu tão tristemente era, um “branco” desiludido. (apud Peçanha, 1988, p. 17).

Entre os estudantes, a absorção do tema do Terceiro Mundo e do terceiro-mundismo parece ter começado de modo mais sério e profundo entre os universitários de Berlim Ocidental, no início dos anos 1960. Lá, desde logo os estudantes denunciaram as condições da maioria dos novos Estados independentes e a continuidade disfarçada do imperialismo: “As guerras de liberação nacional obrigaram na maioria dos casos os antigos senhores coloniais a abandonar o domínio visível. [...] Mas mantiveram a força econômica dissimulada, que segue mantendo em dependência os novos estados” (Jornal *Anschlag*, de um grupo de estudantes berlinenses, julho de 1964, apud Dutschke [1976, p. 110]). Obras sobre o imperialismo, a revolta contra regimes opressores no Terceiro Mundo e a guerra de guerrilhas impressionavam os estudantes alemães e seus movimentos:

Nesta época (em 1966) estávamos já estudando o livro de Frantz Fanon, nos reconhecíamos nos artigos de Che Guevara sobre a guerra de guerrilhas e o homem e o socialismo em Cuba e estudávamos os *Kursbücher* editados por Hans Magnus Enzensberger [...]. Também resultaram muito importantes os cadernos de *Argument* (e) [...] o livro de Jürgen Horlemann e Peter Gäng sobre o Vietnã. (Dutschke, 1976, p. 126).

O Vietnã serviu para tentar justificar ações ainda mais contundentes na Alemanha. Panfleto distribuído pela organização alemã *Kommune I*, em maio de 1967, dizia, sobre os terroristas que atearam fogo em uma loja de Bruxelas (atentado que causou cerca de 300 mortes), que, deste modo, permitiram à população de Bruxelas experimentar o que era uma guerra como a do Vietnã:

Se houver incêndio em algum lugar nos próximos dias, se em algum lugar uma caserna explodir, se em algum lugar uma tribuna desmoronar sobre um estádio, por favor, não fiquem surpresos. Não menos surpresos do que quando os americanos transpõem a linha de demarcação, quando o centro de Hanói é bombardeado, ou quando os *marines* fazem incursões na China. Bruxelas deu a única resposta: *Burn, ware house, burn!* (apud Bosc; Bouguereau, 1968, p. 47).

Daniel Aarão Reis Filho demonstra como as guerrilhas dos povos do Terceiro Mundo contra o colonialismo e o imperialismo norte-americano, principalmente no Vietnã, tiveram enorme influência no desejo de estudantes em todo o mundo, incluindo

o Brasil, de mobilizar-se contra seus regimes políticos e sistemas sócio-econômicos. É claro, os estudantes selecionavam aqueles exemplos e aqueles aspectos que melhor confirmavam as suas opções:

A guerra popular no sudeste asiático sugeria a idéia de que a fraqueza militar era algo relativo, que uma dada correlação de forças podia ser alterada, desde que houvesse união do povo, determinação e organização [...]. O ser humano era mais importante do que a técnica. A vontade política valia mais do que as máquinas. Um guerrilheiro com um bom fuzil podia mais do que uma superfortaleza voadora da força aérea norte-americana. [...] Os mais impacientes ainda apontariam uma lição maior: a luta do Vietnã era de vida ou morte armada, um enfrentamento decisivo, não comportava os meios termos, os tons cinzentos, as vacilações (Reis Filho, 1998, p. 32-3).

A Guerra do Vietnã motivaria inúmeras manifestações estudantis em importante parcela dos países do mundo, contrárias à atuação dos Estados Unidos na Indochina. Destacam-se os protestos em 1968, após a Ofensiva Tet. Até mesmo o Segundo Mundo teve alguns protestos contra a guerra do Vietnã: na ex-Checoslováquia, em 26 e 27 de abril de 1968, estudantes secundaristas fizeram uma greve por este motivo; em 1968, durante a Revolução Cultural, na China, uma facção estudantil chegou a interromper uma linha que carregava suprimentos chineses ao Vietnã – em oposição à própria política de Mao Zedong e reverberando protestos juvenis mundiais contra a Guerra na Indochina. Mas os protestos mais marcantes aconteceram, justamente, nos Estados Unidos – e não apenas em 1968, mas também em 1970, em protesto contra o fato dos Estados Unidos estenderem a guerra ao Camboja.

Nos Estados Unidos, a Guerra do Vietnã viria ser o elemento explosivo interno a motivar movimentos juvenis de grande latitude: não apenas os protestos estudantis, mas até mesmo a revolta comportamental dos *hippies*. Esta latente revolta juvenil já havia se aquecido com a questão da luta dos afro-americanos pelos seus direitos civis.

No final dos anos 1960, alguns daqueles jovens iriam engrossar, nos próprios Estados Unidos, grupos de ação armada formados por militantes brancos das novas esquerdas, que visavam principalmente alvos relacionados com a Guerra do Vietnã. Os atentados contra estes alvos inspiravam-se em diversas ações perpetradas no passado, como as do Comitê do Dia do Vietnã na Universidade de Berkeley (mas estas tinham caráter irreverente e demonstrativo, não apelando para a resistência violenta). Outra fonte foram as propostas e práticas de ação de massa nas ruas, durante as manifestações antiguerra, que promoveriam distúrbios e confrontariam a polícia, como os protestos contra a Convenção Democrata em Chicago, em agosto de 1968. Numa daquelas ações

armadas, em 25 de setembro de 1968, manifestantes contra a guerra do Vietnã invadiram e incendiaram um posto de alistamento em Milwaukee (Perrone, 1988).

Alguns destes grupos surgiram no interior do SDS (*Students for a Democratic Society*, Estudantes por uma Sociedade Democrática, a principal organização estudantil norte-americana até 1968), que realizaram ações terroristas demonstrativas com o objetivo de chamar a atenção da opinião pública contra a guerra. Num deles tomaram parte Sam Melville e Jane Alpert, que realizaram diversos atentados a bomba em 1969 e 1970 contra empresas que fabricavam material de guerra (Cohn-Bendit, 1988). O mais conhecido destes grupos foi os *Weathermen* (“Meteorologistas”), cujo nome se inspirava em versos de Bob Dylan, que diziam: “Você não precisa de um meteorologista para saber de que lado está soprando o vento” (Muggiati, 1984, p. 134). Os *Weathermen* acreditavam ser uma espécie de esquadrão suicida cujas ações deveriam colaborar com os terroristas negros, considerados como a verdadeira vanguarda revolucionária. Logo, adotaram uma postura de terrorismo demonstrativo, acreditando que suas ações poderiam fazer vir à tona a “consciência revolucionária” da população. Promoveram, em outubro de 1969, uma série de ataques terroristas contra pessoas e propriedades (Cantor, 1978).

Voltando aos movimentos estudantis, agora do Terceiro Mundo, é preciso relembra a sua força e importância. Vários deles, durante 1968, como Brasil e México, ao menos se igualam em extensão e mobilização aos mais famosos movimentos do Primeiro Mundo, como o Maio de 68 na França. Nestes movimentos fora do Primeiro e Segundo Mundo, na verdade, acabou sendo mais forte e até mais consistente o terceiro-mundismo, mesmo que este estivesse bastante enredado com os ideários socialistas, principalmente dos socialismos cubano e chinês, ou de socialismos tradicionais reinterpretados de modo terceiro-mundista.

Não são raras as análises que negam que tenha havido uma relação fundamental, para além da coincidência na irrupção de suas revoltas, entre os inúmeros movimentos estudantis dos anos 1960. Movimentos que se deram em quase todas as regiões do globo, fossem estas do Primeiro, Segundo ou Terceiro Mundo. Octávio Paz, por exemplo, mesmo reconhecendo a “universalidade do protesto juvenil”, não via identidade nas questões que animavam os diversos movimentos:

O movimento juvenil nos Estados Unidos e na Europa contém [...] perguntas implícitas e não formuladas que dizem respeito aos próprios fundamentos da idade moderna e ao que, desde o século XVIII, constitui seu princípio reitor. Estas perguntas aparecem muito diluídas nos países da Europa oriental e não aparecem de todo, exceto

como *slogans* vazios, na América Latina. A razão é clara: os norte-americanos e os europeus são os únicos que realmente têm uma experiência completa do que é e significa o progresso (Paz, 1984, p. 203).

Entretanto, é possível considerar que, ao seu modo, como encenação trágica ou resistência à ocidentalização do mundo, o Terceiro Mundo lançou outras modulações daquelas questões essenciais da modernidade e vivenciou de modo ainda mais dilemático as contradições do “progresso”. Tanto é verdade que isto deve ser considerado que, como demonstrei acima, o Terceiro Mundo e o terceiro-mundismo foram temas cruciais em todos os três mundos para as ideologias, as motivações e até as dinâmicas dos movimentos estudantis dos anos 1960.

No Terceiro Mundo, desde os primeiros sinais do que seria a descolonização, durante os anos da Grande Depressão, manifestaram-se descontentamentos estudantis nas colônias européias na Ásia e África. A causa não era tanto uma politização mais acentuada, ou uma consciência antiimperialista mais desenvolvida pelas populações colonizadas, mas principalmente uma reação contra a crise econômica que se alastrava dos países centrais para as colônias. Nos anos 1930, a abrupta queda dos produtos primários no mercado internacional fez as classes populares e os setores médios das colônias (entre os quais, os estudantes) sentirem pela primeira vez seriamente os efeitos nocivos da sua dependência às grandes economias mundiais: “Os estudantes se amotinaram no Cairo, Rangun e Jacarta, não porque sentissem que algum milênio político estava ao alcance, mas porque a Depressão derrubara de repente os esteios que tinham tornado o colonialismo tão aceitável para a geração de seus pais” (R. F. Holland apud Hobsbawm, 1995, p. 211-2).

Mas, então, os estudantes universitários eram apenas uma pequena elite intelectual, quase irrelevantes do ponto de vista demográfico. E isto era verdade não apenas para os países do Terceiro Mundo, mas para o próprio Primeiro Mundo (com a importante exceção dos Estados Unidos). Na segunda metade do século XX, entretanto, isto iria mudar. Na América Latina, por exemplo, os estudantes estavam se tornando uma camada social quantitativamente expressiva. O número de matrículas universitárias dobraria na Argentina (onde já havia se estendida a educação universitária à classe média antes) entre 1960 e 1980, aumentaria quinze vezes no México (de 76 mil estudantes em 1960 para 247 mil em 1970 e 1,3 milhão em 1987), no Brasil (de 95 mil estudantes em 1960 para 430 mil em 1970 e 1,4 milhão em 1980) e no Peru (de 16 mil

estudantes em 1950 para 246 mil em 1980). O Chile, com apenas 9 mil universitários em 1950, teria 120 mil em 1970 (Castañeda, 1994).

A educação superior converteu-se num traço crucial para o desenvolvimento latino-americano desse período. As universidades regionais, em zonas onde haviam vegetado durante anos ou simplesmente não existiam, converteram-se em centro de atividade política e cultural e também em bases de poder e de participação no orçamento educacional. De Puebla a Sinaloa, no México, a Ayacucho e Concepción, no Peru e no Chile, elas logo se transformaram em sementeiras de ativismo político e radical (Castañeda, 1995, p. 164).

Através do terceiro-mundismo, os movimentos estudantis da América Latina, que, assim como outras mobilizações juvenis do Terceiro Mundo, tendiam a falar sobretudo sobre os problemas internos de seu país, puderam desenvolver alguma consciência sobre o cosmopolitismo da rebeldia juvenil destes anos. No Brasil, esta consciência era anterior a 1968, como se atesta ao ler a Declaração de Princípios do XXVIII Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), ocorrido em julho de 1966 na cidade de Belo Horizonte:

Mais uma vez a União Nacional dos Estudantes assume a vanguarda do povo na luta contra as forças da opressão [...]. Sabemos que enfrentamos não apenas um grupo de militares que usurpou o poder [...]. O imperialismo, o latifúndio e a burguesia que se uniram em abril, sob o comando da casta militar, para instalar a tirania no País, são as mesmas forças que assassinam a população do Vietnã; são as mesmas forças que ocupam a República Dominicana; tentam invadir Cuba [...]. Afirmamos que só a união do povo poderá destruir essas forças, pois, na medida direta em que as forças populares se organizam, adquirem possibilidades de conduzir o processo de libertação nacional [...]. Assim, a luta dos universitários brasileiros deve ser encaminhada para uma aliança estreita com as forças populares, vinculando a defesa da cultura e o combate ao terror e ao obscurantismo (apud Poerner, 1979, p. 355-7).

Então, a diretoria da UNE era controlada pela AP (Ação Popular), movimento de origem católica progressista que se convertera ao maoísmo. Não era à toa que a citação acima está toda ela impregnada pelas noções de antiimperialismo e guerra popular então sustentadas pelo marxismo chinês. Também, uma concepção mais cosmopolita da questão do Terceiro Mundo e mais crítica em relação à bipolarização da Guerra Fria. O maoísmo também terá grande influência nos documentos citados abaixo, produzidos por membros da AP.

Um dos documentos preparatórios ao XXX Congresso da UNE, que se daria em 1968, cujo título por si só já é muito revelador (“Combate intransigente à ditadura e ao imperialismo ianque”), revela, após apontar o “grande inimigo” (os Estados Unidos), este sentimento internacionalista do movimento estudantil, a solidariedade para com as

lutas dos povos do Terceiro Mundo e, após a invasão soviética da ex-Checoslováquia, a desilusão em relação ao comunismo oficial. É, apesar de sua tendência maoísta, talvez melhor, justamente por causa dela, uma espécie de resumo geral das motivações dos movimentos estudantis de 1968, não apenas do Brasil, mas de todo o mundo:

Nossa solidariedade deve ser dada também aos que lutam em todo o mundo contra o inimigo comum dos povos – o imperialismo norte-americano. Nas primeiras linhas dessa luta encontra-se o valente povo vietnamita. Suas ações heróicas despertam o entusiasmo e servem de exemplo aos que se empenham em libertar seus países da reação e do domínio estrangeiro. Saudamos os estudantes que, na França, Alemanha, Espanha, Estados Unidos, México, Colômbia, Uruguai, Argentina e muitos outros países, se erguem para combater as forças retrógradas e exigem a transformação radical da Universidade. Estamos ao lado dos povos que lutam contra as tiranias e para acabar com o sistema imperialista. Defendemos o princípio da autodeterminação dos povos e por isso condenamos a invasão da Checoslováquia e exigimos a retirada das tropas soviéticas e de seus aliados do Pacto de Varsóvia daquele país (Contribuição ao XXX Congresso da UNE. Combate intransigente à ditadura e ao imperialismo ianque, 1968).

Em outro documento preparatório para o XXX Congresso da UNE, a crítica aos Estados Unidos e a declaração de solidariedade ao Vietnã se relacionam com luta contra a ditadura militar:

Ao lado da opressão sobre o povo brasileiro, a ditadura colabora decididamente com a política de agressão e de rapina do imperialismo norte-americano sobre todos os povos e principalmente com a política de agressão sobre o heróico povo do Vietnã [...].

Na luta contra o imperialismo, devemos ter presente que esta é a luta de todos os povos. O imperialismo americano, por sua política de agressão e de tentar impor seu poder sobre todos os povos, tornou-se o inimigo principal de todos os povos. E nesta luta, a frente principal no momento se encontra na luta de libertação do povo do Vietnã [...].

A tarefa de solidariedade ao povo do Vietnã é uma das mais importantes em nossa luta. O nosso apoio efetivo é travar na prática a luta contra o imperialismo em nosso próprio país, é denunciar constantemente as ações assassinas sobre todo o povo vietnamita e divulgar constantemente a luta deste povo pela libertação [...].

Ao lado desta tarefa, devemos toda a solidariedade à luta dos negros americanos contra o imperialismo em sua própria pátria e às lutas desenvolvidas com maior intensidade recentemente pelos operários e estudantes na Europa. As lutas de libertação dos povos na Ásia, África, América Latina não têm fronteiras, são partes de uma só luta contra o opressor comum, inimigo principal de todos os povos, o imperialismo ianque (O povo na luta derrota a ditadura e expulsa a ditadura, 1968, p. 2, 17 e 18).

Até mesmo os negros norte-americanos foram lembrados pelos movimentos brasileiros. Mais que isto, um dos cartazes dos estudantes paranaenses em manifestação em Curitiba, contra a morte do estudante Edson Luís pela polícia carioca em março de

1968, dizia: “Nos EUA Negros! Aqui, estudantes!” Deste modo, estudantes reprimidos pelo governo militar brasileiro se identificavam aos negros norte-americanos em luta por sua dignidade (apud Hagemeyer, 1998, p. 111).

Entretanto, hoje, no início do século XXI, o que restou deste terceiro-mundismo e deste cosmopolitismo inconformista? Não pretendo, por ora, nem mesmo esboçar uma resposta. Apenas lembrar que os anos seguintes a 1968 foram, do ponto de vista histórico-político e sócio-econômico, o de um eclipse das ideologias e doutrinas que animaram os jovens nos anos 1960, ao menos em seus aspectos emancipatórios. Também, que, hoje, o ocidentalismo ganha um novo e estranho reforço, nas práticas e doutrinas que sustentam nosso triste capitalismo global. E isto apesar dos patentes fracassos dos antigos e novos programas de “desenvolvimento” dos países do Terceiro Mundo e do crescente poder econômico e político de nações do Sul da Ásia. Por outro lado, os protestos que criticam esta globalização, ao menos desde a mobilização contra a reunião da Organização Mundial de Comércio (OMC), em Seattle, em 1999, ilustram o retorno do tema do Terceiro Mundo. É claro que o contexto é outro, mas se observam interessantes analogias com o que se deu nos anos 1960, como o fato de que os principais ideólogos deste novo sentimento terceiro-mundista tenham vindo primeiro do mundo “desenvolvido”, como David Korten e Naomi Klein (Groppo, 2003). Entretanto, parecem anunciar o alvorecer de novos terceiro-mundismos, elaborados por pensadores e ativistas engajados diretamente nas questões e contradições mais propriamente vividas pelos povos do “Sul” (Groppo, 2005). Apenas espero que, se este revigoração do pensamento inconformista mundial a partir de pensadores “transculturais” se der, que, diferente de 1968, o resultado não seja tão somente o apagar repentino dos desejos de emancipação após um intenso, mas breve, fulgor do anseio da liberdade.

II – A REVOLTA E O BRASIL

1. Do populismo ao Regime Militar

O Brasil ostenta uma história complexa e contraditória que antecede seu movimento estudantil de 1968. É necessário, ao menos, recordar os principais fatos da política nacional desde o ano de 1961, quando o presidente Jânio Quadros renunciou, instalando-se uma crise política.

Em 1961, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, inesperado e frustrado lance político do controvertido líder populista, os ministros militares de seu governo tentaram impedir que seu vice, João Goulart, assumisse. Goulart, o Jango, era um outro controvertido líder populista, mais afinado com o trabalhismo representado pelo Partido Trabalhista do Brasil (PTB). A favor de Jango formou-se a “Rede da Legalidade”, apoiada por uma parte dos militares, vários sindicatos, entidades de classe, a UNE (União Nacional dos Estudantes) e os governadores Leonel Brizola (do Rio Grande do Sul) e Mauro Borges (de Goiás). Enfim, a solução negociada foi a adoção do parlamentarismo, que impediu um enfrentamento direto e até armado entre forças pró e contra a sucessão prevista pela Constituição. Havia acontecido, porém, uma espécie de ensaio geral do golpe militar que viria a acontecer realmente apenas em 1964.

Da renúncia de Jânio Quadros até janeiro de 1963, o Brasil viveu uma tentativa de parlamentarismo, com três gabinetes mal sucedidos diante de uma incontida crise econômica e problemas como dívida externa, desvalorização da moeda, inflação, alta do custo de vida e desemprego. Desde o momento que assumiu a presidência, Jango conclamou o retorno do presidencialismo, no qual teria, logicamente, mais poderes. Conseguindo antecipar o plebiscito que decidiria o sistema de governo e vencendo a proposta presidencialista, Goulart acenaria com as “Reformas de Base”. O presidente parecia assumir uma frente reformista e progressista que preocupava os setores conservadores, ligados ao latifúndio e ao capitalismo norte-americano (e preocupava os próprios Estados Unidos). Para aumentar ainda mais o temor destes setores, cresciam no país organizações e movimentos de trabalhadores que pareciam cada vez menos controlados pela retórica populista – como os operários do PUA (Pacto Unidade e Ação) e CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e os camponeses, que formavam sindicatos rurais, militavam no Movimento das Ligas Camponesas e criaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas.

Apesar de seu governo de grandes oscilações e contradições, no início de 1964 Goulart parecia afinar-se mais fortemente aos setores “progressistas” da sociedade (inclusive ao Partido Comunista Brasileiro). No Comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro, João Goulart endossou valores nacionalistas, democráticos e reformistas. Entre as Reformas, propõe a Agrária, Eleitoral e Educacional. Anunciou neste mesmo comício a criação da Superintendência da Reforma Agrária e a encampação de todas as refinarias de petróleo particulares, além de prometer outras medidas de impacto social. Mesmo os estudantes universitários foram tema do discurso do presidente: “Também está consignada na mensagem ao Congresso a reforma universitária, reclamada pelos estudantes brasileiros, pelos universitários, classe que sempre tem estado corajosamente na vanguarda de todos os movimentos populares e nacionalistas” (apud Dantas Filho; Doratioto, 1991, p. 64).

Se Jango, às vésperas do golpe de 1964, parecia patinar entre extremos ideológicos e perspectivas oportunistas, na visão dos militares que fizeram o golpe o este governo preparava a instauração de uma “República Sindicalista”. E “as relações do Presidente Goulart com o sistema sindical e os grupos políticos nacionalistas e de esquerda eram encaradas como manifestações claras de um programa subversivo”. Mas, certamente, o populismo parecia estar pondo em ação autônoma, em vez de controlar, as classes trabalhadoras: “era a democracia populista atingindo desenvolvimentos inesperados para a classe dominante” (Ianni, 1978, p. 142).

Em 19 de março de 1964, na cidade de São Paulo, ocorreu a famosa “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Os lemas da manifestação evocavam valores tradicionais, católicos e anti-comunistas, reunindo cerca de 500 mil pessoas contra o Governo Goulart. Era uma resposta ao comício de Jango na Central do Brasil. Alguns dias depois, outra Marcha da Família se daria no Rio de Janeiro, reunindo também centenas de milhares de pessoas. Os fatos se sucedem rapidamente a partir de então. Em 27 de março, ocorreu mais uma revolta dos marinheiros no Rio de Janeiro, apoiada pelo governo federal mas combatida pelas autoridades militares. Em 30 de março, o presidente Goulart foi à uma solenidade da Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, no Automóvel Clube do Brasil, onde fez um explosivo discurso de improviso, que seria o estopim para o início do golpe militar. Em 31 de março, foi acionado um levante militar contra Goulart em Minas Gerais, a partir de comandantes do Exército e Aeronáutica deste Estado. Tropas se deslocaram de Minas para o Rio de Janeiro. Contra o levante, a CGT convocou, para o dia seguinte, uma greve geral.

Em 1 de abril, Jango deixou o Rio rumo à Brasília, enquanto fracassava a greve geral. Na capital carioca, grupos pará-militares de direita invadiram o prédio do jornal *Última Hora* (único jornal do Rio que não apoiou o golpe) e incendiaram a sede da UNE. No dia seguinte, Jango foi a Porto Alegre e o general Costa e Silva autome nomeou-se comandante-em-chefe do Exército e organizou um “Comando Supremo da Revolução”. Em 3 de abril, o Congresso, sob protestos de alguns deputados, declarou a presidência vaga e nomeou provisoriamente para o cargo o então presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Em 4 de abril, Goulart chegou ao Uruguai e o nome do Marechal Castelo Branco já era apontado para a sucessão presidencial, em reunião entre governadores que apoiaram o golpe. Em 9 de abril, o “Comando Supremo da Revolução” decretou um Ato Institucional, conhecido depois como AI-1. O AI-1 atingiria centenas de políticos, que foram cassados, como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, seis governadores de Estado, deputados federais, deputados estaduais e vereadores. O AI-1 também reformou dezenas de oficiais das Forças Armadas, demitiu cerca de 10 mil funcionários públicos e perpetrou investigações que atingiram em torno de 40 mil pessoas. Em 11 de abril, o Congresso elegeu Castelo Branco como presidente da república, que foi empossado quatro dias depois.

Diversos setores civis apoiaram o golpe e conclamaram a continuidade da operação “limpeza” para “a erradicação do comunismo”, necessária, segundo eles, para que se pudesse voltar “à normalidade legal e à tranquilidade e segurança da vida democrática” (*O Estado de S. Paulo*, em 4/abr./1964, apud Paes, 1995, p. 34). Além dos políticos, oficiais e funcionários públicos apontados como adversários do novo regime, foram punidos também estudantes, artistas, jornalistas e diretores dos sindicatos de trabalhadores (substituídos por interventores), além de terem sido desmobilizados os diversos movimentos de cultura popular e de alfabetização de adultos. O golpe surpreendeu as forças e organizações de esquerda, e o governo militar logo dissolveu organizações como a UNE, CGT e PUA, declarou as greves ilegais e colocou em torno de 425 sindicatos sob intervenção.

De forma paulatina e semi-institucionalizada, entre tentativas de imprimir a si mesmo a legalidade através de Atos Institucionais e Constituições outorgadas, o novo regime foi se militarizando, contra as expectativas de grande parte das camadas dominantes e setores de classe média que deram apoio total ao golpe. Primeiro, apesar do protesto de grandes arautos civis do golpe, como Carlos Lacerda, o mandato de

Castelo Branco foi estendido até março de 1967. Em outubro de 1965, após a oposição ter vencido em dois importantes Estados as eleições para governador (em Minas Gerais e Guanabara), o regime decretou o Ato Institucional n. 2, que extinguiu todos os partidos políticos, dava permissão para o Executivo fechar o Congresso, tornava indireta a eleição para presidente da República e estendeu ao civil a ação da Justiça Militar (sob a qual passariam a ser julgados os presos políticos desde então). Logo, um Ato Complementar permitiria o funcionamento de apenas dois partidos políticos, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), com os políticos que apoiavam o regime) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), de oposição).

Novo Ato Institucional, o AI-3, em fevereiro de 1966, estabelecia que prefeitos das capitais e de municípios em área de “segurança nacional” seriam nomeados pelos governadores. Nas eleições indiretas para governador, em 3 de setembro, em doze Estados, venceram todos os candidatos apoiados pelo governo federal. Em 3 de outubro de 1966, o general Costa e Silva, candidato único, era eleito pelo Congresso, enquanto membros do MDB retiravam-se do plenário na hora da votação, em protesto. Logo, por desacordo em relação às eleições parlamentares de 15 de novembro, Castelo Branco decretou o recesso do Congresso entre 20 de outubro e 22 de novembro de 1966. Retomados os trabalhos do Congresso, teria de ser aprovada a nova Constituição elaborada pelo regime, o que se fez em 24 de janeiro de 1967. No início do ano, o governo também instituiu a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, inspiradas pela Doutrina de Segurança Nacional, com medidas que restringiam a liberdade de opinião, expressão e de reunião.

Em 1968, o regime ainda mantinha seu caráter “híbrido”, adotado desde a Constituição de 1967: “uma meia ditadura, um militarismo disfarçado que funciona mal e cujas brechas tendem a abrir-se diante da pressão dos acontecimentos” (Pedreira, 1975).³ Durante o ano de 1968, os episódios de resistência da sociedade civil (de estudantes, intelectuais, artistas, jornalistas e operários) ao Estado militarizado serviram para alimentar ainda mais a pressão dos setores da “linha dura” para a adoção de um regime ainda mais repressivo e ditatorial. A oscilação do governo Costa e Silva e do próprio regime militar seria resolvida em dezembro de 1968, com a decretação do Ato Institucional n. 5, o AI-5.

O estopim do AI-5 foi um discurso do deputado federal Márcio Moreira Alves (do MDB) na Câmara, em 3 de setembro de 1968, em reação contra a violenta invasão

³ Artigo de 4/fev./1968.

da Universidade de Brasília por forças policiais em 30 de agosto. Moreira Alves afirmou que as Forças Armadas tinham se tornado um “valhacouto (refúgio) de torturadores”, propôs um boicote popular às paradas de 7 de setembro e incitou “as mocinhas casadoiras a não dançarem com cadetes e jovens oficiais nos bailes da independência”. Se o discurso teve pouca evidência na própria imprensa, dias mais tarde ele seria publicizado entre irados meios militares. Em 10 de outubro foi enviado ao Supremo Tribunal Federal pedido para processar o deputado por ofensa aos militares. Mas, em 12 de dezembro de 1968, a Câmara dos Deputados não autorizou o pedido de julgamento de Moreira Alves, requerido pelo Supremo. No dia seguinte, o AI-5 era decretado (*Folha de S. Paulo*, 6/dez./1998 e 21/maio/2000).

O AI-5 dava poderes excepcionais ao Executivo:

Poder de decretação de recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de vereadores – e a conseqüente intervenção nos estados e municípios – e a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de 10 anos e das garantias de *habeas-corpus* nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional (*Folha de S. Paulo*, 6/dez./1998).

E o Congresso Nacional seria mesmo colocado em recesso então. Também se estabeleceu a censura prévia à imprensa e às artes. Invocando o AI-5, que foi revogado apenas em 1/jan./1979, foram punidos 6 senadores, 110 deputados federais, 161 deputados estaduais e 22 prefeitos, 6 milhões de votos foram anulados e a censura atingiu 500 filmes, 450 peças, 200 livros e 500 canções (*ibid.*). A partir de 1969, também os métodos repressivos contra os grupos de luta armada seriam semi-institucionalizados na temível Operação Bandeirantes (Oban).

O recurso à luta armada foi apenas um dos métodos utilizados por aqueles que resistiram contra o regime militar. Apesar de algumas tentativas frustradas por grupos nacionalistas nos primeiros momentos do regime, ele atingiria seu auge depois do AI-5, entre grupos esquerdistas radicais. Mas, durante toda a vigência do regime militar, outras formas de resistência estiveram presentes, outros setores sociais além de esquerdistas e nacionalistas radicais fizeram oposição. Na oposição entre 1964 e 1968 é preciso citar o trabalho de alguns jornalistas, que utilizavam a própria imprensa para denunciar arbitrariedades dos governos militares.

Entre os civis que apoiaram o golpe de 1964, mas que logo romperam com o regime instalado a seguir, estava Carlos Lacerda, que formaria em 1966 a Frente Ampla, buscando articular-se com os antigos desafetos e presidentes Juscelino Kubitschek e

João Goulart. A Frente Ampla seria cassada em 5 de abril de 1968, em portaria do ministro da Justiça. Outra importante voz de oposição veio da Igreja Católica, instituição que também endossara o Golpe de 1964 e as Marchas da Família, mas que aos poucos entrou em atrito com os militares, num rompimento mais pronunciado durante os anos 1970. Mesmo os setores sindicais urbanos tentaram criar um movimento para se contrapor, de maneira moderada, à política salarial dos governos militares – era o MIA (Movimento Intersindical Antiarrocho), criado em São Paulo em 1967. Outras importantes formas de resistência se deram no terreno das artes e da cultura, analisadas com mais cuidado à frente, em fenômenos como o teatro politizado (Teatro de Arena, Opinião, Oficina, entre outros), a música popular de protesto, o tropicalismo e o cinema novo. Mas no período destacado, entre 1964 e 1968, principalmente neste último ano, o principal foco de resistência ao regime instalado em março de 1964 veio do movimento estudantil.

2. *As classes médias*

Um dos mais importantes condicionantes dos movimentos estudantis também foi um dos temas mais discutidos durante os próprios eventos. Trata-se da questão da classe social de origem dos estudantes universitários. Trata-se da questão da “classe média”. Os principais atores do 1968 brasileiro foram os estudantes universitários, “quase todos filhos da classe média” (Morais; Reis Filho, 1998, p. 67).

Muitas das análises comparam dois momentos considerados opostos da participação das classes médias na política brasileira: 1964 e 1968. Para muitos, referendava-se assim a concepção das classes médias como volúveis, apoiando ou fazendo oposição a um regime político ao sabor da situação sócio-econômica ou das oportunidades concedidas de ascensão social.

Para Octávio Ianni, em 1964, “a classe média revelou-se a massa mais dócil às soluções autoritárias”. Há tempos, antes do golpe, “já vinha sendo preparada para aderir ao autoritarismo”. Mesmo as formas populistas que foram melhor acolhidas pelas classes médias continham este potencial autoritário, como o ademarismo, o janismo e o lacerdismo (de Adhemar de Barros, Jânio Quadros e Carlos Lacerda). Uma ampla campanha de opinião pública preparou a classe média para aceitar a derrubada de Jango, tratando preferencialmente de temas como o combate ao comunismo e à corrupção (Ianni, 1978, p. 129).

A comprovação do apoio das classes médias ao golpe de 1964 foram as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. Multidões percorreram ruas centrais de várias cidades do país, rezando e segurando cartazes e faixas com *slogans* anti-comunistas. Após o bem sucedido golpe, enquanto que na cidade de São Paulo realizava-se uma nova marcha, com o título de “Marcha da Vitória com Deus pela Liberdade” (em 2 de abril de 1964, com meio milhão de participantes segundo a imprensa), certos setores acadêmicos e até estudantis manifestavam notas de apoio aos golpistas, seguidos pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e entidades empresariais.

Os militantes dos “partidos” estudantis surpreenderam-se não apenas com a eficácia do golpe e com a ineficácia da resistência, mas com os muitos sinais de apoio da massa dos estudantes aos golpistas. O incêndio da sede da UNE, o edifício

Germânia, no Rio de Janeiro em 1 de abril de 1964, por pára-militares foi um dos momentos mais dramáticos da história da UNE e dos movimentos estudantis no Brasil. Enquanto milhares de indivíduos das classes médias, inclusive vários de seus filhos universitários, engrossavam as Marchas de tom reacionário, a representação oficial dos estudantes era violentamente atingida

Não demoraria muito para que surgissem nas classes médias insatisfações para com o regime que ajudaram a implantar. Primeiro, não estava sendo construída uma espécie de democracia sem os perigos do populismo radical, algo desejado pelos políticos civis que apoiaram o golpe e por muitos setores das classes médias.

Enquanto a classe média esperava que o golpe garantisse sua participação política, direitos e prerrogativas, assim como o fim da inflação não afetasse seu poder aquisitivo, o regime ia desencantando-a. Também havia um dado inédito: a repressão deixara de ser seletiva, atingindo não apenas a massa dos trabalhadores, mas também indivíduos das classes médias insatisfeitos com o regime. A política econômica dos primeiros governos militares instaurou o arrocho salarial, que não apenas atingia as classes populares, mas ameaçava também os assalariados de classe média.

Houve uma significativa presença da classe média intelectualizada nas oposições ao regime militar. Dados da pesquisa “Brasil nunca mais” falam de 4.124 processados durante o regime, sendo 3.698 com ocupação conhecida. Destes, 906 (quase um quarto do total) eram estudantes, 559 eram profissionais liberais com formação superior (16,2%) e 319 professores (8,6%). Do total daqueles processados pelo regime militar por motivos políticos, dos quais se obtiveram informações sobre a escolaridade, 60% tinham curso superior ou estavam cursando-o. Deste modo, pode-se dizer que as oposições ao regime militar, principalmente nos anos 1960, vieram em grande parte das classes médias e, dentre elas, destacadamente as classes médias intelectualizadas. As categorias mais suscetíveis a fazer oposição foram os advogados, os artistas, os jornalistas e os universitários. Segundo Almeida e Weis, fazer oposição ao regime militar podia significar várias coisas. De um lado, ações espontâneas e ocasionais de solidariedade a perseguidos pela repressão. De outro, o engajamento em tempo integral na luta armada clandestina. No meio termo, assinar manifestos, participar de assembléias, emprestar a casa para reuniões políticas, guardar ou distribuir panfletos, abrigar militantes, levar à imprensa denúncias de torturas, participar de centros acadêmicos ou associações profissionais etc. Eram ações com riscos pessoais de difícil avaliação, dada uma certa fluidez e indefinição do regime (principalmente antes do AI-

5). E, na verdade, apenas uma minoria muito restrita fez oposição ao regime em tempo integral (Almeida; Weis, 1998).

Em 1968, as insatisfações das classes médias, e não apenas do setor intelectualizado, atingiram o ápice. Estas viram-se representadas principalmente pelo movimento estudantil. Para Martins Filho, não apenas em 1968, mas antes, entre 1962 e 1964, e depois, em 1977, os estudantes universitários foram “porta-vozes radicais das expectativas das camadas médias brasileiras diante do processo político do país” (1998, p. 14).

A conjuntura sócio-econômica das classes médias após 1968, por outro lado, ajuda a explicar (ainda que não dê conta totalmente) porque as massas estudantis desmobilizaram-se após o AI-5. Para Alfredo Sirkis a geração de 1968 se “trifurcou” após o AI-5: parte foi para a clandestinidade da luta armada, enquanto uma segunda parte

[...] resolveu ir fundo na questão da contracultura, procurando criar um universo à parte, em que fosse possível viver: foram as comunidades rurais, o uso de drogas, sobretudo das alucinógenas, como o LSD... Foram as pessoas que se tornaram hippies. E houve um terceiro segmento daquela geração, que acabou rapidamente se integrando àquilo que o sistema oferecia. Porque ao mesmo tempo que vivíamos sob uma ditadura sanguinária, paradoxalmente, para a classe média intelectualizada, preparada profissionalmente, havia alternativas fantásticas de emprego e ascensão profissional (1999, p. 112).

1968 é ao mesmo tempo o ano em que começava o “milagre” econômico. Logo iria ficar claro, para as classes médias, que aumentavam muito as ofertas de emprego e as grandes oportunidades de investimento, de modo que o arrocho ia se tornando uma realidade limitada aos funcionários públicos pouco qualificados e aos operários (Alves, 1993). Para grande parte das classes médias, ainda que momentaneamente, não parecia mais ser necessário exigir maiores reformas sociais, pois o “milagre” tornava mais próximo da realidade seus projetos de ascensão social. Findava-se uma fase de insatisfações gerais e de desencanto com o sistema sócio-econômico. O regime político, ainda que tenha se tornado francamente autoritário, tornava-se tolerável, ao menos enquanto durasse a fase do crescimento econômico. Neste momento, as condições de classe não apenas atuaram como limites para a ação “revolucionária” do movimento estudantil, conclusão que invariavelmente os documentos dos “partidos” estudantis apontavam, como colaboraram mesmo para a derrota do movimento de 1968.

3. *Novas esquerdas*

As lutas dos estudantes universitários foram marcadas por idéias e práticas “populistas” no período que vai de 1961 a 1964. Mas, ao mesmo tempo em que se expressou o elitismo e o idealismo típicos do populismo, os estudantes e sua entidade principal, a UNE (União Nacional dos Estudantes), acompanharam a radicalização crescente das forças progressistas aliadas ao populismo do governo Goulart, além de serem importantes protagonistas dos momentos finais deste período. Mas o golpe de 1964 selou o colapso da República Populista. Apesar da derrota inicial e de grandes dificuldades, a UNE e os estudantes aos poucos se reorganizaram e acabaram por abandonar o populismo inicial, adotando cada vez mais as ideologias radicais das “novas esquerdas”, prestes a protagonizar um dos eventos mais importantes de contestação ao Regime Militar, o movimento estudantil de 1968.

Apesar do cultivo recíproco de um enorme antagonismo, com mais distância no tempo é possível perceber o quanto tinham em comum novas e velhas esquerdas brasileiras nos anos 1960, no seu aspecto ideológico. Referências ao marxismo-leninismo, diversas palavras-chave, figuras da retórica e, até mesmo, concepções semelhantes a respeito do nacionalismo, o imperialismo e o papel da violência (praticada pela nova esquerda, considerada inadequada naquele momento pela velha). O grande divisor de águas “ideológico” entre velhas esquerdas (especialmente o PCB [Partido Comunista Brasileiro]) e novas esquerdas seria a questão da luta armada. Adotando a retórica e a prática da luta armada, as novas esquerdas acreditavam estar rompendo com o arsenal populista e reformista que, aos seus olhos, contaminara o PCB e as velhas esquerdas, que fizera com que as forças progressistas cáissem inertes diante do golpe militar de 1964.

As velhas esquerdas tinham vivido a proximidade relativa com o poder nos anos do populismo. Elas tiveram, entretanto, enormes dificuldades para lidar com a ditadura e com o total fechamento dos espaços políticos às tradicionais formas de ação permitidas pela democracia populista. Esta fraqueza da esquerda tradicional abriu um espaço, no campo das oposições, devidamente preenchido pelas novas esquerdas. A proximidade das velhas esquerdas com o poder na democracia populista, atingindo o auge justamente na fase mais crítica do populismo, o governo de João Goulart, no início

dos anos 1960, fizera com que estas não conseguissem realmente escapar dos limites do populismo:

Como a esquerda se prende cada vez mais às técnicas, estilos e alvos da democracia populista, não consegue libertar-se a tempo, para propor e impor a sua alternativa. No convívio contínuo, crescente e profundo com a política de massas, acaba por inverter meios e fins, tática e estratégia, ideologia e realidade. Por isso abismou-se com o golpe. (Ianni, 1978, p. 124).

O PCB dispunha de quadros experientes e totalmente dedicados ao trabalho partidário, uma sólida penetração no movimento operário, ramificações no meio camponês e forte influência no movimento estudantil e em campanhas antiimperialistas: “Servia de referencial a todas as organizações de esquerda” (Gorender, 1998, p. 22). Mas, após 1964, as organizações que seriam identificadas como novas esquerdas teriam como única idéia consensual a crítica ao reformismo do PCB, idéia mais forte ainda quanto a do caminho a ser seguido (a violência) (Almeida; Weis, 1998). Dentro do movimento estudantil esta idéia também estaria fortemente presente. Um documento preparatório do 30º Congresso da UNE, que seria realizado em outubro de 1968, criticava a incapacidade do PCB de resistir ao golpe de 64:

A mais importante lição que se pode retirar daquele acontecimento é a da total incapacidade dos partidos comunistas burocratizados para analisarem concretamente a situação real em um país qualquer, conquistarem as massas operárias e dirigi-las na tomada do poder [...] No Brasil ficou evidenciado o erro do PC ao fazer “aliança” com a “burguesia nacional”, totalmente impotente para se opor ao imperialismo (A situação no Brasil e o movimento estudantil, 1968, p. 1).

Após o golpe, o PCB parecia se deixar levar por um intenso debate interno sobre os erros que resultaram na sua derrota. Mas, logo, Luís Carlos Prestes e outros membros da direção nacional passaram a censurar os vários textos internos que apontavam erros da própria direção. Em breve ficaria evidente que a direção do PCB não apenas se recusava a admitir seus erros, como jogava a culpa pelo fracasso àqueles que denunciavam o “reboquismo” do partido, pejorativamente chamados de “esquerdistas” pela direção. Desde então, o PCB passou a enfrentar muitas perdas e cisões nas suas bases, em destaque no seu setor estudantil. Em quase todos os Estados, “dissidências” ou “correntes” estudantis comunistas ganhavam vida própria, com orientação política

independente e recrutando novos adeptos diretamente para si, não mais ao partido. (Gorender, 1998).

Mesmo antes de 1964, o PCB enfrentava a concorrência de outras organizações de esquerda. Nem todas sobreviveriam ao golpe militar ou aos primeiros anos do novo regime, como as Ligas Camponesas (que Francisco Julião, inspirado pela Revolução Cubana, tentava radicalizar) e a corrente esquerdista do Partido Socialista Brasileiro (liderada pelo nacionalismo radical de Leonel Brizola). Outras organizações persistiram, em destaque o até hoje operante PC do B (Partido Comunista do Brasil, formado em 1962 a partir da dissidência “stalinista” do PCB que se alinharia ao comunismo chinês). Também existiam partidos trotskistas, como o Partido Operário Revolucionário (POR [T]) e a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop, ou simplesmente Polop). Finalmente, socialistas cristãos, em destaque a Ação Popular, que mais tarde se tornaria maoísta e deteve grande influência na UNE nos anos 1960.

Como visto, depois de 1964, a principal característica comum entre as organizações de esquerda que concorriam com o PCB residia na defesa da luta armada imediata. Mas, a rigor, a idéia da luta armada já se tornara muito forte entre a esquerda desde a Revolução Cubana, vitoriosa em 1959, e já era defendida até por alguns partidos dissidentes, como o PC do B: “Ao contrário do que muitas vezes tem sido veiculado, a opção pela luta armada não ocorre na esquerda, em 1968 ou em 1969. Nós estávamos pensando nisso muito antes. A rigor, a Revolução Cubana mostrou esse caminho para a esquerda latino-americana já em 1959” (Velasco, 1999, p. 109). Segundo Gorender, toda a esquerda considerou o golpe de 64 como prova da falência do caminho pacífico, menos a maioria do Comitê Central do PCB. Tornou-se um axioma da esquerda brasileira a necessidade de usar a luta armada contra o regime dos golpistas. Mas nem isto foi suficiente para unificar a esquerda. Outros problemas dividiram as esquerdas em inúmeros partidos, organizações, dissidências, grupos e vanguardas: antecedentes partidários e doutrinários, diferentes influências teóricas, limitações regionais, pressões de países socialistas e as condições de clandestinidade que dificultavam um intercâmbio satisfatório entre os militantes das esquerdas (Gorender, 1998).

Por ocasião do VI Congresso do PCB, dirigentes comunistas estimam que 10 mil membros do partido acompanharam Carlos Marighella na sua cisão (que depois daria origem à Aliança Libertadora Nacional, a ALN), 5 mil acompanharam Jacob Gorender e Mário Alves no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e outros 5 mil se dispersaram em várias outras dissidências (Folha de S. Paulo, 30/mar./1998, p. 5.3.).

Entre as dissidências ativas no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, podem ser citadas a M3G (Marx, Mao, Marighela e Guevera) e a Frente de Libertação do Nordeste (FLNE), oriundas da ALN, a Corrente Revolucionária de Minas Gerais, a Tendência Leninista (da qual se formaria o Movimento de Libertação Popular, Molipo) e as Dissidências comunistas universitárias da Guanabara (que daria origem ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o MR-8), de Niterói, de São Paulo e do Rio Grande do Sul (O Estado de S. Paulo, 10/maio/1998, p. A8).

Apesar de algumas ligações evidentes entre velhas e novas esquerdas, como a crescente hegemonia da proposta (e prática) da luta armada (que já era defendida por alguns setores da esquerda antes mesmo da derrocada de 1964), assim como vários outros aspectos ideológicos, retóricos e organizacionais, há uma cisão entre as duas esquerdas no que diz respeito aos seus principais militantes e líderes. No relato de Daniel Aarão Reis Filho e Ferreira de Sá, o golpe de 1964 interrompeu muitos projetos políticos e de vida de membros das esquerdas, e a grande massa dos militantes de esquerda pré-1964 silenciou-se ou ficou desorientada. De um momento ao outro, jovens militantes recém-ingressos nas organizações de esquerda, passaram a assumir importantes papéis: “Os que haviam começado em 1963, 1964, viram-se subitamente com responsabilidades de direção. Nas organizações e partidos da Nova Esquerda a média de idade beirava freqüentemente os 20, 22 anos. Os que tinham 25 anos eram considerados veteranos” (apud Ventura, 1989, p. 44). Para Quartim de Moraes, a esquerda que não lutara em 1964 contra o golpe militar “não era a mesma que lutou em 1968”. (1989, p. 146). Exceto por dois dirigentes saídos do PCB (Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira), os que decidiram não lutar em 1964 continuaram com a mesma opinião em 1968 (sem contar o esboço de guerrilha na serra do Caparaó, inspirado por Brizola). Portanto, a maioria dos dirigentes da luta armada contra o regime militar não teve papel dirigente na esquerda até 1964 (Moraes, 1989).

Entre as novas esquerdas do meio estudantil surgiria um grupo em que a interpretação radicalizante de teologias e filosofias de origem cristã atingiria um ápice criativo – a Ação Popular (AP). Ela originou-se de cristãos progressistas que atuavam na JUC (Juventude Universitária Católica) e que desejavam mais independência da hierarquia católica. Entre 1962 e 1964, esboçou um ideário socialista cristão e humanista, muito inspirado pelo padre Henrique de Lima Vaz, e entrou num processo que poderia ter redundado na gênese de um partido de massa. Mas o golpe militar inviabilizou tal caminho. Em busca de reorientação, ao mesmo tempo em que manteve o

controle da UNE, a AP cada vez mais se aproximou do maoísmo e da influência do Partido Comunista Chinês – que, em ato derradeiro, ordenou a dissolução do pouco que restava da AP, em 1973, no PC do B (Partido Comunista do Brasil, originado de dissidência pró-China do PCB em 1962, que, por sinal, há tempos vem controlando a UNE – reconstituída nos anos 1980, após sua dissolução de fato no início dos anos 1970).

A AP foi a organização juvenil brasileira que fez a viragem ideológica mais extrema destes anos – convertendo-se ao maoísmo ortodoxo e dogmático de modo fanático. Certamente, o esquerdismo cristão foi mais um componente herético da onda mundial de revoltas e da nova esquerda dos anos 1960, aumentando ainda mais a riqueza destes fenômenos históricos, assim como, em contrapartida, suas contradições e desencontros. O esquerdismo cristão seria mais uma via que levou muitos jovens de classe média à rebeldia nos anos 1960. Foi uma fonte ideológica importante, atraente pelo seu idealismo e até por seu ativismo, mas que não admitia sem reticências (como o maoísmo e o foquismo faziam) a retórica e a prática da violência. Talvez por isto, como na própria AP, o cristianismo progressista tenha perdido um pouco de sua influência na segunda metade dos anos 1960 entre os jovens rebeldes, ao mesmo tempo em que alguns dos cristãos progressistas foram levados a radicalizar ainda mais sua ação e doutrina, como a própria Teologia da Libertação. Na AP, o maoísmo passou a ser mais bem aceito internamente a partir de 1967, enquanto que em 1968 foi feita uma adoção mais explícita do comunismo chinês (Camacho, 1999).

Uma discussão especial também é necessária sobre as dissidências comunistas estudantis. Vários dos que seriam líderes do movimento estudantil de 1968 entraram no PCB justamente quando se frustrava a crítica interna à linha adotada pelo partido em 1963-64. Na verdade, tais jovens militantes entravam em setores estudantis do PCB que já se encaminhavam seriamente para o desligamento do partido. Entre eles, Vladimir Palmeira, convidado a se filiar ao PCB em 1965 por dissidentes que prometiam transformar internamente o partido: “Não cumpríamos mais as orientações partidárias: o partidão dizia ‘a’, a gente fazia ‘b’ e pronto”. Mas logo Vladimir resolveu formar sua própria dissidência, diante da hesitação dos que o convidaram: seria a Dissidência da Guanabara (que, segundo seu criador, não adotara imediatamente a proposta da luta armada) (apud Dirceu; Palmeira, 1998, p. 52).

A cisão no movimento comunista internacional e a fragmentação das esquerdas no início dos anos 1960 pode ter sido prejudicial à esquerda como um todo

politicamente, privando-a de “resultados políticos” (vitórias, conquista do poder, marcação de posições diante de forças da “direita”, entre outros) e até ter não intencionalmente colaborado para a legitimação da linha dura do regime militar. Mas nutriu os movimentos juvenis com uma diversidade de idéias, debates vivos e estratégias sem tamanho. Os movimentos estudantis foram alvo da ação de partidos, cisões ou grupelhos novo-esquerdistas que tentaram agitá-los, mobilizá-los, radicalizá-los e até manipulá-los. A miríade ideológica em que se fragmentou o outrora quase homogêneo pensamento de esquerda (centrado no comunismo soviético), assim como a fragmentação de suas organizações, fermentou e aqueceu ainda mais os movimentos estudantis e os movimentos de juventude. Antes, é claro, houve cisões nas esquerdas – e é quase certo que os anarquismos eram ideologicamente bem mais próximos das tendências gerais dos movimentos de juventude dos anos 1960. Mas estas “velhas” cisões não tinham encontrado ainda o ambiente mais propício para sua difusão – jovens e *campi* universitários.

Por outro lado, não se pode dizer, mesmo no Brasil em que eram tão fortes os grupos da nova esquerda estudantil, que os movimentos estudantis foram manipulados pelos novos radicalismos, nem mesmo que expressaram simplesmente idéias e posições destes:

O movimento estudantil de 1968 não pode ser confundido com os partidos revolucionários e, particularmente, com as ações armadas então desfechadas [...]. O que não quer dizer que óbvias relações não tenham sido estabelecidas entre estudantes e partidos revolucionários. Mas é preciso evitar as interpretações simplistas [...], negando a autonomia relativa de cada um (Reis Filho, 1999, p. 66).

A fragmentada esquerda brasileira após 1964 defendeu com cada vez mais ênfase a luta armada e, “no quadro destas concepções, o movimento social dos estudantes era um pião num jogo mais complicado – o da revolução. Como, no entanto, era o mais ativo e articulado, era ali que se recrutavam militantes e dirigentes para os partidos revolucionários”. Ao mesmo tempo em que ambicionavam “reger e instrumentalizar os movimentos sociais”, os partidos revolucionários se viram “arrastados pela dinâmica” do movimento estudantil (Reis Filho, 1999, p. 68-9).

Entre 1964 e 1968, muitos grupos esquerdistas se introduziram no movimento estudantil e na UNE. Se no final dos anos 1950 predominou o PCB e, entre 1961 e 1963, a AP, nos anos seguintes também iriam concorrer, pelo controle das entidades estudantis, várias dissidências estudantis comunistas e até organizações como a

trotskista Polop. No início de 1966, estes grupos da nova esquerda estudantil discordavam da proposta legalista do PCB, que recomendava que fosse acatado o decreto que desmantelava a UNE e as demais entidades estudantis, trocando-as por novas entidades submetidas ao controle do regime (a Lei Suplicy). Após superarem a posição do PCB, estes grupos da esquerda estudantil passaram a se digladiar pelo controle da UNE, que foi efetivamente reorganizada em 1966. Era a recuperação da esquerda estudantil após o choque sofrido com o fracasso de 1964. Mas é uma esquerda estudantil mais radicalizada: a AP se aproximava do maoísmo, as dissidências comunistas defendiam a luta armada, a Polop se aproximava do foquismo e mesmo o PCBR, que teve participações pontuais no movimento estudantil, se encaminharia para a luta armada. A chapa que venceu as eleições para a UNE, em 1967, era uma composição das três principais tendências da nova esquerda estudantil – AP, Dissidências e Polop – que se uniram, por um instante, para marginalizar completamente os defensores da linha oficial do PCB.

Contudo, ao longo de 1968, estas esquerdas estudantis vitoriosas passaram a se enfrentar em uma grande disputa ideológica e política em torno do controle da UNE e do movimento estudantil. Inclusive, no final de 1968, segundo alguns relatos, as Dissidências reaproximavam-se do PCB que, caso não tivesse ocorrido o desastre em Ibiúna, poderia voltar a ocupar cargos na diretoria da UNE (Dirceu; Palmeira, 1998).

A AP, na verdade, controlou a presidência da UNE praticamente durante todos os anos 1960. Ela havia sido criada no início dos anos 1960 entre jovens cristãos progressistas, logo se tornando um dos mais organizados movimentos populares do país. Como visto, entretanto, o golpe de 1964 afastou a AP de seus projetos iniciais e a encaminhou cada vez mais ao maoísmo – tanto que, por ordem do partido comunista chinês, fundir-se-ia ao PC do B em 1973 (Gorender, 1998).

Durante o ano de 1968, as disputas políticas e ideológicas se cristalizaram relativamente em duas posições, que representariam também as duas principais esquerdas estudantis, dois programas para a UNE e duas chapas para o 30º Congresso da UNE. As esquerdas minoritárias no movimento estudantil – como a Polop e o PCBR – tiveram uma postura relativamente fluida em torno destas duas posições, a luta de massas defendida pela AP e a luta específica proposta pelas Dissidências (Valle, 1997).

A definição destas duas posições dentro das esquerdas estudantis se deu em maio de 1968, no Conselho da UNE em Salvador (quando se reuniram os diretores da UNE e representantes dos DCE's [Diretórios Centrais Estudantis]). O programa da luta de

massa – ou “primeira posição” – defendido pelo presidente da UNE, Luís Travassos, da AP, foi recusado pela maioria do Conselho, que aprovou o programa da luta específica – ou “segunda posição”. As Dissidências, neste momento, dominavam grande parte das UEEs (Unões Estaduais dos Estudantes), DCEs (Diretórios Centrais Estudantis) e CAs (Centros Acadêmicos) e, em conjunto com a Polop, conseguiram uma pequena maioria dentro da diretoria da UNE. Também a forma de realização do 30º Congresso da UNE criou fortes discussões: a AP queria fazer um evento aberto e para breve, aproveitando-se do bom momento vivido pelo movimento estudantil, com o intuito de fazer uma demonstração política contra a ditadura; as Dissidências, na versão vencedora, desejavam fazer o Congresso em várias etapas, com o intuito de organizar o movimento estudantil e reforçar o papel institucional da UNE em relação às demais entidades (Dirceu; Palmeira, 1998).

A AP não aceitou tranqüilamente sua derrota no Conselho de Salvador. Ela levou a público a sua tese da luta de massas, convocou Conselhos não reconhecidos pela maioria da diretoria da UNE e ameaçou realizar um Congresso paralelo (Valle, 1997).

Como resultado das desavenças no Conselho de Salvador, a UNE publicou uma revista que reproduzia textos que defendiam as duas posições que se enfrentaram no Conselho. O primeiro documento, assinado pelo próprio presidente da UNE, Luís Travassos, e dois vice-presidentes, apresentava a luta de massas (daí surgindo também o termo “primeira posição”). Nele, é criticado o encaminhamento dado para o 30º Congresso da UNE e defende-se o que chama de “luta ofensiva” (“a luta do movimento estudantil contra a ditadura e o imperialismo”). Denuncia o que é chamado de travamento de discussões sobre o 30º Congresso no Conselho de Salvador e as intenções de setores do movimento estudantil, “inclusive diretores da UNE, de tentar frear o movimento estudantil” e pregar a “volta às escolas”. Defende “as corretas manifestações de violência dos estudantes” na luta contra a ditadura e recusa qualquer “diálogo” com o regime (Revista UNE, 1968, p. 9).

O segundo documento defendia a luta específica, também chamada de “segunda posição”. Tinha o título “O que são as divergências políticas dentro da UNE” e era assinado por um diretor da UNE, Edson Soares, com a data de julho de 1968. O texto critica o fato das divergências internas à diretoria terem sido levadas para fora da entidade, assim como as tentativas de se convocarem Conselhos e Congresso paralelos. Membros da entidade, deste modo, estariam apelando ao “divisionismo”, ao não aceitar que sua posição fosse minoritária. Acredita que o documento ajudaria a forçar os

diretores dissidentes a voltarem ao “debate ao nível do político e dentro da entidade”. Finalmente, descreve a posição aprovada pelo Conselho, defendendo as lutas específicas, com o título “Diálogo”. Segundo esta posição, na situação atual, não aceitar nenhum canal de diálogo com o governo seria uma atitude “isolacionista”, uma demonstração da falta de confiança na própria capacidade de não ser “engabelados” pelas autoridades. E critica o fato dos dissidentes dizerem que um temário baseado nos problemas da Universidade era “apolítico”. Para a segunda posição, na verdade, as lutas feitas em torno das demandas específicas dos estudantes eram mesmo a “base de nossa atuação política” (Revista UNE, 1968, p. 9). Referendando a segunda posição, o jornal da UEE de São Paulo diria em agosto de 1968: “Muitos estudantes só descobrem que é preciso mudar o sistema depois que lutam por suas reivindicações específicas. É na luta por estas reivindicações específicas [...] que compreendem a necessidade de mudança do sistema” (Jornal da UEE, ago./1968).

Segundo José Dirceu, desde 1966 a AP criou a idéia de fazer do movimento estudantil o principal meio de enfrentamento ao regime militar, para o qual criaram inclusive o MCD (Movimento contra a Ditadura)

[...] e com isso pareciam pretender transformar o movimento estudantil em partido político. Em parte estavam certos, porque na sociedade reinava uma expectativa enorme em relação ao movimento estudantil... O movimento estudantil representava para a sociedade a grande referência política contra a ditadura, e por isso a AP começou a sonhar em derrubá-la com o MCD, a partir da pressão das faculdades (apud Dirceu; Palmeira, 1998, p. 62).

A AP sempre fora atraída para os grandes temas políticos do país, desde o seu período de socialismo cristão. A aproximação com o maoísmo faria a AP também destacar muito as questões antiimperialistas, como se percebe claramente na Carta Política da UNE de 1967, muito influenciada pela posição ainda majoritária da AP na entidade nacional. A AP, além de insistir na criação do MCD, procurava realizar eventos com temas internacionalistas, como “Semana contra o FMI”, “Semana contra a OEA (Organização dos Estados Americanos)” e “Semana do Vietnã” o que, na opinião dos defensores da segunda posição, “era um programa totalmente desvinculado das lutas específicas que estavam sendo desenvolvidas em diversos Estados” (A UNE e o 30º Congresso, p. 5).

Como fora decidido pelo Conselho de Salvador, o Congresso da UNE seria precedido por uma ampla discussão entre as entidades estudantis, em torno da primeira

e segunda posições, a partir do qual seriam enviadas propostas e contribuições para a “Carta Política” a ser criada no 30º Congresso da UNE.

Entre os documentos estudantis produzidos no segundo semestre de 1968, que defendiam a primeira posição, repetem-se os vários argumentos usados desde o Conselho de Salvador. Entre eles, denúncias incisivas contra o imperialismo, duras críticas aos defensores da segunda posição, recusa do diálogo com a ditadura, defesa do enfrentamento ao regime militar, defesa das manifestações e ações de massas, integração dos estudantes na luta popular e até a “Guerra Popular Prolongada” (uma das teses maoístas que a AP estava absorvendo):

Recuar das manifestações amplas de rua, frente às proibições da ditadura, substituindo-as pela ação de pequenos grupos de vanguarda, abdicar do 30º Congresso da UNE em prol das reuniões diversificadas, argumentar que a repressão está muito forte, que o golpe vem aí, é cair na defensiva, é agir em função da vontade da ditadura, é paralisar nossas lutas. É supervalorizar politicamente as forças do inimigo e descreer das forças do povo (Ante Projeto de Carta Política para a UNE, p. 2).

Dialogar com a ditadura é não compreender o caráter da sua dominação e a irreconciliável oposição dos nossos interesses e os dela. É confiar na boa vontade de nossos inimigos e não na força de nossa luta para alcançar o que queremos. É na prática fazer o jogo da ditadura e fortalecê-la, criando ilusões no seio das forças populares (Marc, 1968, p. 15).

(A luta do movimento estudantil e do povo brasileiro) está necessariamente ligada à luta de libertação de todos os povos contra o imperialismo (ibid.).

O que se faz necessário é travar a luta concreta contra a ditadura em todos os terrenos, desmascará-la com as ações de massas e não lhe dar tréguas até a sua liquidação (Monteiro et. al, 1968).

Todas as lutas devem convergir para o fortalecimento do combate [...] à ditadura e o imperialismo ianque [...] O povo na luta derruba a ditadura e expulsa o imperialismo. Pela integração do estudante na luta do povo (Ante Projeto de Carta Política para a UNE, p. 5-6).

A nossa luta tem três aspectos centrais: uma luta popular, prolongada, contra a ditadura forjada pelo imperialismo, pela construção de um governo de democracia para o povo (Marc, 1968, p. 5).

Quanto à segunda posição, majoritária dentro da UNE, as questões que mais lhe interessavam estão expostas no próprio temário proposto oficialmente pela diretoria da UNE para o 30º Congresso:

- a) O que é a Universidade Brasileira?
 Por que devemos lutar? Quais as lutas?
 O que quer o Governo? Como ele age?
 Porque negar a reforma universitária do governo? O que propor?
- b) O que é a política educacional do governo? Como negá-la?

- Porque o governo reprime os estudantes? Que fazer?
- c) Quais as formas de luta? Como e quando usá-las?
- d) Quais as formas de organização do ME?
 Que são as entidades estudantis?...
 O que tem sido a UNE?
 Como deve ser a nova organização da UNE? (“Nota Oficial da UNE sobre o XXX Congresso Nacional dos Estudantes”, em A UNE E O 30º CONGRESO, 1968, p. 8).

Como demonstram Maria Ribeiro do Valle (1997) e João Roberto Martins Filho (1998), ambas as posições estavam predispostas a apoiar o uso da violência na luta contra o regime militar.⁴ Mas houve um desenvolvimento paradoxal das duas posições. A luta específica parecia menos conivente com a solução violenta, armada ou militarista e, num primeiro momento, colocava esta possibilidade mais para o futuro. A luta de massa parecia defender com mais radicalismo o emprego da violência “popular”, inclusive armada. Diante do assassinato do estudante secundarista Edson Luís pela polícia carioca durante protesto, fato que deu origem ao movimento estudantil de 1968, a UNE publicou um Manifesto em 1 de abril, que ainda manifestava as posições da AP e do seu presidente Luís Travassos e que conclama a violência popular, após relacionar as lutas estudantis com as lutas populares e anti-imperialistas:

Povo brasileiro. Um estudante foi assassinado covardemente ao lutar por suas reivindicações [...] O povo, solidarizando-se com a causa defendida, permanece unido, dando continuidade à nossa luta. Que luta? A luta contra a ditadura fascista, representante interna do imperialismo americano, agressor dos povos, que está sendo derrotado no Vietnã. A luta contra o arrocho, contra a Universidade das elites econômicas, contra a Exploração dos camponeses.

Respondamos à violência com violência [...] com a violência revolucionária do povo (Em 1/abr./1968 apud VALLE, 1997, p. 48).

A posição da UNE de Luís Travassos quase contrasta, então, com a posição defendida por Vladimir Palmeira em entrevista:

As lideranças estudantis convenceram-se de que a derrubada do sistema militar que governa o Brasil deverá ser feita pelas classes populares. Nosso papel nesse esquema é mínimo, pois os estudantes não têm o peso social suficiente para um movimento de tal envergadura [...] Ultrapassada a última fase de manifestações a palavra de ordem é retornar às escolas, promovendo assembléias para o debate político dos acontecimentos e para a estruturação das medidas necessárias ao

⁴ VALLE, 1997. Segundo MARTINS FILHO (1998, p. 18), durante 1968 a esquerda estudantil se cindiu: AP (defende “um movimento centrado nas passeatas de rua e denúncia constante da ditadura”) versus dissidências do PCB e Polop (defendem “lutas focadas nos problemas educacionais, mas ao mesmo tempo se preparavam para deslocar quadros para a ‘luta armada’”).

atendimento das reivindicações específicas da classe estudantil (apud Valle, 1997, p. 49).

No entanto, no final de 1968, percebe-se os defensores da luta específica passam a pregar com vigor a necessidade da luta armada imediata e, na verdade, muitos membros da Dissidência já partiam para a guerrilha, inclusive transformando-se em grupos armados (como a Dissidência de São Paulo e, mais tarde, a Dissidência da Guanabara, que se tornaria o MR-8 [Movimento Revolucionário 8 de Outubro]). Enquanto isto, a AP continuava insistindo mais na necessidade de ações de rua demonstrativas reunindo massas estudantis e operárias (apesar de que, em geral, deixava claro que se tratava do primeiro passo rumo ao Exército Popular Revolucionário).

4. 1961-1967

Como visto, os movimentos juvenis dos anos 1960, principalmente os estudantis, em destaque no ano de 1968, tiveram um caráter internacional. Formaram uma “onda mundial de revoltas”. No Brasil, esta revolta mundial da juventude teve uma dinâmica própria, ainda que suas características e momentos principais coincidam com os da onda internacional. O movimento universitário brasileiro teve, neste sentido, uma longa fase de preparação, organização e radicalização que vai do início dos anos 1960 ao final de 1967, e, em 1968, uma surpreendente revolta que mobilizou boa parte dos estudantes em muitas das capitais estaduais e até em certas regiões do interior do país (em destaque, o interior de São Paulo).

Naquela longa fase inicial, distingue-se o período “populista”, que se encerra com o Golpe de 1964, quando os militares destituíram o então presidente João Goulart (1961-64). Neste período, forças sociais progressistas se alinharam em torno de líderes políticos carismáticos e paternalistas, “populistas”, que diziam sustentar os anseios das camadas trabalhadoras, como Getúlio Vargas e o próprio Goulart. A República Populista, que se inicia com a Revolução de 1930, buscou controlar a crescente mobilização sócio-política das classes trabalhadoras através de uma “democracia de massas”, que girava em torno destes líderes populistas e de instituições corporativas como os sindicatos (que representavam oficialmente os trabalhadores urbanos na “máquina” do Estado). Ao mesmo tempo, esboçou e em parte praticou um projeto de “capitalismo nacional” (buscando consolidar um parque industrial moderno e um mercado consumidor interno), projeto este que começou a se desmontar em 1964, aos poucos substituído por um modelo de capitalismo “transnacional” (em que a economia da “nação” passa a depender totalmente das necessidades dos mercados mundiais, como se o país voltasse a ser uma “província” e abrisse mão da relativa auto-suficiência econômica que conseguiu construir). O governo Goulart caracterizou a crise desta República Populista: por um lado, forças sociais progressistas (entre os quais, operários, camponeses e universitários) pareciam desenvolver práticas que iam para além dos limites aceitos pelas classes dominantes; por outro, classes dominantes, forças conservadoras e defensores do capitalismo “imperialista” rejeitavam o populismo de Goulart, que parecia incapaz de controlar o ímpeto daquelas forças progressistas. Venceram os segundos, com o Golpe Militar de 64.

O movimento estudantil deste período representou também o auge e o colapso das “esquerdas populistas” (aqueles progressistas alinhados a Goulart), que adotavam valores populistas como o nacionalismo e o desenvolvimentismo (a defesa do crescimento econômico e da modernização das relações sociais). Ao mesmo tempo, assistia no seu interior a ascensão das “novas esquerdas” que, após 1964, diante do fracasso populista, tornar-se-iam as ideologias preponderantes na luta universitária. Até 1964, a luta estudantil se fazia oficialmente representar pela UNE, criada em 1938 com a finalidade de ser a entidade corporativa a representar os estudantes universitários diante da máquina do Estado Novo (a ditadura de Getúlio Vargas, que vigorou entre 1937 e 1945), como uma espécie de sindicato estudantil corporativista. A UNE acompanharia, no início dos anos 1960, a radicalização de grande parte dos demais sindicatos e outras instituições criadas durante a República Populista.

Em 1961, a UNE compôs a “Rede da Legalidade”, ao lado de setores militares, políticos e sindicais que, diante da renúncia do presidente Jânio Quadros, apoiaram a posse de seu vice, Goulart. O então presidente da UNE, Aldo Arantes, dirigiu-se para Porto Alegre/RS, com o apoio do governador Leonel Brizola para organizar uma resistência popular contra os ministros militares de Jânio (que eram contra a posse de Goulart). Ao lado de Arantes, estudantes como Herbert de Souza, o Betinho, que relatou:

Foi um momento inesquecível. Havia 100 mil pessoas na praça, defronte da sede do governo. Mais de 70 mil se alistaram para lutar na guerra civil, se necessário. E quando tudo terminou com a instituição do parlamentarismo..., ainda havia gente treinando marcha unida nas ruas da capital gaúcha. Uma experiência emocionante. (apud Dantas Filho; Doratioto, 1991, p. 50-51).

Neste período, a UNE e os estudantes participaram de inúmeras campanhas e projetos de educação e cultura popular, principalmente no Nordeste, como o Movimento de Cultura Popular (do educador Paulo Freire), vinculado à Prefeitura de Recife/PE e o Movimento de Educação de Base, criado pela Igreja Católica. Também, a partir do Rio de Janeiro, a UNE estimulava a criação dos CPCs (Centros Populares de Cultura), que, como as campanhas citadas acima, seriam interrompidas com o golpe de 64. Os CPCs produziram peças de teatro encenadas nas ruas e portas de fábricas, filmes, cadernos de poesia, entre outros, com base em sua versão idealista e elitista do populismo, em que o estudante se considerava como aquele que vinha “iluminar” as mentes dos homens simples do povo, como afirmam as “Resoluções do Conselho da UNE” de 1962: “O

estudante brasileiro, tomando consciência da situação da exploração em que vive o país e o seu povo, é chamado ao papel histórico de conscientização das massas populares”. (apud Foracchi, 1972, p. 247).

Ao mesmo tempo, a UNE e o movimento estudantil atuava também em favor da “Reforma Universitária”, através de Seminários Nacionais em que defendia a modernização da universidade em prol de um projeto de “desenvolvimento” nacional. Em 1962, a UNE convocou a greve do 1/3, exigindo que os estudantes tivessem o direito a 1/3 de representantes nos órgãos decisórios das faculdades e universidades, demandando a implementação desta sua interpretação de um dos artigos da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 1961. O movimento iniciou-se na Universidade Mackenzie, cujos estudantes publicaram um “Manifesto à Opinião Pública Brasileira” que afirmava:

A Universidade Mackenzie parou simplesmente porque não era mais lícito que três mil acadêmicos continuassem a receber a formação que aqui se oferece. Sentiam que o esforço que a nação vai deles exigir é muito grande e que a Universidade Mackenzie não está, absolutamente, em condições de formá-los à altura das exigências nacionais. Titubear um dia mais significava trair o Brasil (apud *ibid.*, p. 253).

A greve, apesar de atingir 40 universidades e de receber o apoio do governo federal, acabou fracassando.

Nos últimos momentos da República Populista, se a UNE continuou apoiando o governo Goulart, nem todos os estudantes fizeram o mesmo. Em geral, filhos das classes médias, muitos deles ajudaram a engrossar as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em que multidões percorreram ruas de várias cidades do país, em março de 1964, rezando e ostentando palavras de ordem anti-comunista, em oposição às “Reformas de Base”. Enquanto isto, o então presidente da UNE, José Serra (que seria depois ministro do governo Fernando Henrique Cardoso, candidato presidencial e prefeito e governador de São Paulo), chegou a discursar no famoso Comício da Central do Brasil defendendo as Reformas, em 13 de março. Entretanto, dias depois, em 1 de março, diante da realidade do golpe militar, José Serra pedia asilo à Embaixada do Chile – por sua vez, militares invadiram o *campus* da Universidade de Brasília – berço de inovadora proposta de ensino superior de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira – e forças paramilitares atearam fogo à sede da UNE, no Rio de Janeiro.

A derrota das forças progressistas e da UNE foi clamorosa. Aos poucos, porém, a UNE foi se reorganizando, não mais como entidade oficialmente reconhecida pelo

Estado – até porque, em breve ela seria declarada “ilegal” pelo regime –, mas de modo relativamente subterrâneo, informalmente voltando a ser reconhecida como instância representativa dos estudantes inconformados. Logo, a própria classe média, ao lado de diversos outros setores civis que apoiaram o golpe, começaria um crescente de insatisfação, contra a falta de liberdade política e os rumos da economia nacional. Seus filhos, principalmente os universitários, voltariam a se radicalizar. Em agosto de 1965, o ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda afirmava que encontrara as universidades “com agitadores e pequenos ladrões transformados em líderes” (apud Poerner, 1979, p. 265), já que a maioria dos estudantes recusara a adotar as novas entidades oficialmente reconhecidas pelo regime (que colocariam os estudantes sob sua estrita tutela). Além de ordenar a intervenção em Diretórios Acadêmicos (órgão representativo dos estudantes ao nível universitário), o governo do presidente general Castelo Branco encaminhou processo de fechamento da UNE. A entidade respondeu considerando tal governo como “ditadura militar de traição nacional,... um governo que prende sem crime e condena sem julgamento, que impede o direito de crítica e de protesto, espanca e tortura quando julga necessário” (apud Poerner, 1979, p. 266).

O ano de 1966 foi repleto de mobilizações e marcado por repressão violenta do governo, por exemplo, quando em março a polícia atacou um desfile de calouros em Belo Horizonte, que, como trote, deviam carregar cartazes criticando o regime militar. Destacou-se ainda mais o “setembro heróico”, com uma série de greves estudantis declaradas em várias cidades, culminando no “Dia Nacional de Luta contra a Ditadura”, em 22 de setembro. Neste dia, protestos e conflitos com a polícia ocorreram em Goiânia, Salvador, Recife e Rio de Janeiro. Nesta última, deu-se o “Massacre da Praia Vermelha”, na madrugada do dia 23, quando 600 estudantes (entre os quais, 240 moças) foram encurralados e espancados pela polícia. Entre os estudantes, estava um dos futuros líderes do movimento de 68, Vladimir Palmeira (hoje, político atuante no Partido dos Trabalhadores carioca): “Essa história foi tão traumática, bateram tanto nos estudantes – chegaram a enfiar cassetete na vagina das meninas –, foi tanta violência nessa noite que aquele pessoal de 66 nunca mais fez movimento estudantil” (Dirceu; Palmeira; 1998, p. 66).

A violência policial em muito ajudou a levar o movimento a um relativo refluxo durante o ano de 1967. Ainda assim algumas ações aconteceram, em destaque a luta de estudantes de Ensino Médio que faziam uso do Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro (aliás, local que daria gênese ao movimento de 1968). Mais importante, a UNE

e outras entidades estudantis, todas não oficialmente reconhecidas pelo governo, marcaram passo em prol de sua organização. A UNE realizava mais um congresso clandestino, em uma fazenda em Vinhedo, em julho. A AP continuou ocupando a presidência da entidade, como vinha acontecendo desde o início da década. Porém, viu seu predomínio ameaçado pelas Dissidências Estudantis Comunistas, que, descontentes com a moderação da direção do PCB.

Sob as influências das novas esquerdas e diante do marcante fracasso das esquerdas tradicionais em 1964, a UNE abraçava uma nova visão sobre a relação entre estudantes e classes trabalhadoras, abandonando aquele populismo de outrora. Tratava-se agora de defender a revolução protagonizada pelas classes trabalhadoras:

Mais dia, menos dia, (as elites e o regime militar) serão derrubados como todas as classes dominantes do passado. Não seremos nós que derrubaremos estas classes. Pelo contrário, julgamos que toda nossa força advém do fato de integrarmos na luta dos que trabalham e são explorados, dos que fazem a riqueza da nação e com os quais marcha a história. (“Carta Política da UNE”, *Revisão*, Grêmio da Filosofia da USP, n. 5, setembro de 1967, p. 18).

No início de 1968, estavam a postos os sujeitos dos eventos mais importantes daquele ano: classes médias relativamente insatisfeitas, cujos filhos universitários foram os mais ativos representantes de suas decepções; entidades estudantis reorganizadas, ainda que à margem do reconhecimento oficial, em torno de lideranças quase sempre informadas por ideologias das novas esquerdas; crescente insatisfação também das classes trabalhadoras, que faziam ouvir sua voz em importantes greves em Contagem/MG e Osasco/SP; enfim, o regime militar que chegava ao final de sua primeira fase. Nesta fase, o regime se caracterizou mais plenamente como uma “situação autoritária” (segundo Juan Lins), já que era uma espécie de ordem autoritária pouco institucionalizada e com formas distorcidas de instituições democráticas (como eleições, partidos, relativa margem de ação do poder legislativo etc.). Mas, no fim de 1968, inclusive usando como justificativa as revoltas estudantis e as greves operárias, decretou-se o AI-5 (Ato Institucional n. 5), cujos atentados aos mais básicos direitos civis e a repressão que fez sangrar, fizeram o regime ingressar nos chamados “Anos de Chumbo” (1969-1974).

5. 1968

Como já se comentou neste livro, é comum ouvir a pergunta “O jovem de hoje é mais alienado que o jovem de outrora?”, tanto quanto é comum ouvir como resposta que “No meu tempo o jovem era mais consciente”, ou que “o jovem era mais ativo na política”. A princípio, tais respostas parecem corretas, com base no que foram os movimentos estudantis dos anos 1960, comparados ao que parece ser a acomodação dos jovens de agora.

Mas acredito que se não deve nem idealizar o passado, nem desprezar os jovens do presente. Condições sociais e políticas tornaram não só possível, mas até mesmo necessária a rebeldia juvenil de 1968. Por outro lado, protestos recentes tiveram nos jovens grande parte de seus manifestantes, tanto contra a Guerra do Iraque (em 2003) como contra o FMI (Fundo Monetário Internacional), o G-7 (grupo dos 7 países mais ricos) e outros representantes do capitalismo mundial.

Também, é preciso perguntar: de que jovem se está falando, tanto hoje quanto no passado? São jovens trabalhadores ou são filhos de camadas mais ricas? Desde logo, é bom lembrar que os estudantes revoltados, em 1968, em grande parte vinham das classes médias.

Como também já se disse, o 1968 no Brasil fez parte de uma “onda mundial de revoltas” juvenis. Naquele ano, universitários se revoltaram em países ricos como Estados Unidos, Alemanha, Itália e França. Também, no antigo bloco dos países socialistas, como na ex-Checoslováquia, ex-Iugoslávia e China. Enfim, no Terceiro Mundo, em países da África como Nigéria, Senegal e Egito, países da Ásia como Bangladesh e Sri Lanka, e países da América Latina como México e Brasil.

Estes movimentos também foram culturais, ou melhor, “contraculturais”, como o movimento *hippie* que, dos EUA, espalhou sua influência para outras partes do mundo – contra as convenções morais que tolham o desejo e a livre expressão. Também houve a participação de jovens em lutas pela independência de colônias européias ou contra o imperialismo norte-americano no Terceiro Mundo. Enfim, novas ideologias progressistas, principalmente da chamada esquerda radical (ou novas esquerdas), que propunha novas formas de socialismo que não tomavam como modelo o então “socialismo realmente existente” (a forma falha e incompleta assumida pelo socialismo na ex-União Soviética e em países do Leste Europeu). As novas esquerdas se basearam

em doutrinas e mitos como o guevarismo e Che Guevara (o herói-mártir da Revolução Cubana), o maoísmo e Mao Zedong (líder do comunismo chinês), além de ideologias alternativas que iam do anarquismo ao socialismo cristão.

Em comum, o grito pela libertação: contra a autoridade dos pais, professores, instituições, valores tradicionais e Estado, bem como contra as agressões do imperialismo norte-americano e do imperialismo da ex-União Soviética. Desta maneira, estes jovens se opuseram contra a situação política mundial aterrorizante mantida pela Guerra Fria, tanto quanto a permanência de valores tradicionais que reprimiam o prazer e a sexualidade.

A revolta em 1968 no Brasil mobilizou parte considerável dos estudantes, principalmente nas suas capitais, mas também em algumas regiões interioranas, como no estado de São Paulo. Se abaixo se destacarão eventos ocorridos nas capitais carioca e paulista, entretanto é preciso registrar que foram muito importantes, por exemplo, as manifestações em Brasília, Belo Horizonte, Goiânia e Curitiba.

Em 1968, o movimento estudantil opôs-se frontalmente à ordem instalada no golpe de março de 1964, ordem esta que inclusive pusera na ilegalidade a UNE (União Nacional dos Estudantes). Mas o movimento também foi, não tão conscientemente assim, uma mobilização cultural pela liberação dos comportamentos, ao menos na prática da maioria dos estudantes. Os jovens foram também os principais criadores e público de uma verdadeira revolução nas artes populares que se deu nos anos 1960, que apresentarei melhor a seguir, que reuniu, entre outros, a canção de protesto de Geraldo Vandré e Chico Buarque, os Festivais de Música Popular transmitidos pela TV, o tropicalismo de Caetano Veloso e Gilberto Gil, o teatro politizado da Arena e Opinião e o cinema novo de Glauber Rocha.

Para a massa estudantil e a própria classe média, se tratava antes de uma luta pela redemocratização do país, enquanto que seus líderes, que pouco refletiram sobre a questão cultural, acima de tudo desejavam tornar possível a “revolução popular” que levaria o Brasil ao socialismo:

Nós éramos profundamente libertários. O que mais se gritava naquele momento era a palavra de ordem “Liberdade”. O curioso, e paradoxal, é que toda essa visão e toda essa prática muito libertárias coexistiam com um discurso ideológico que apontava para outras direções. Todos nós, naquele momento, piamente defendíamos a ditadura do proletariado (Sirkis 1999, p. 114).

Foram 8 meses de revolta, do final de março a outubro de 1968. Ela teve dois ápices. O primeiro, entre 28 de março e o início de abril, com 26 grandes passeatas em 15 capitais estaduais. No dia 28, a polícia assassinou o estudante de Ensino Médio, Edson Luiz, dentro do Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, o que motivou aqueles protestos. Um slogan era certo: “Mataram um estudante. Podia ser seu filho”. Deve destacar-se neste período também as missas de 7º dia da morte de Edson na igreja da Candelária, na capital carioca; em ambas, na manhã e à tarde, a polícia atacou covardemente os que assistiram as cerimônias na saída da igreja.

O ápice seguinte deu-se na segunda metade de junho, com 17 grandes passeatas em 8 capitais de estado. Foi motivado também por acontecimentos no Rio de Janeiro. Tudo começou no dia 20 de junho, quando a polícia reprimiu com muita violência estudantes em passeata no centro do Rio – na “quarta-feira sangrenta”. No dia seguinte, a polícia encurralou no Estádio do Botafogo centenas de estudantes que estavam em Assembléia na Universidade Federal. As cenas da violência policial contra estudantes foram transmitidas pela televisão e causaram indignação geral. No dia 22, aconteceria a “sexta-feira sangrenta”: a população apoiou os estudantes e também atacou a polícia, e o confronto que se estendeu até o final da tarde deixou muitos feridos e mortos.

Em resposta, convocou-se um ato de protesto no dia 26. Seria a Passeata dos 100 Mil. Ao lado dos estudantes, artistas, membros do clero, das classes médias e até trabalhadores. O movimento ganhava ampla legitimidade. Apesar do caráter pacífico da passeata, que não teve conflitos com a polícia, o tema da violência marcou o tom dos discursos dos líderes estudantis, como o presidente da UNE Luís Travassos (falecido em 1982) e até Vladimir Palmeira, presidente da entidade representativa dos estudantes do então Estado da Guanabara, como foi visto no cap. 3 desta parte. Segundo José Roberto Arantes (vice-presidente da UNE, morto pela ditadura em 1970), em artigo em revista estudantil lançada dias depois, os líderes estudantis teriam passado seis horas tentando

[...] educar as massas para a violência, para a necessidade de empregar a força para combater a repressão. Falou-se seguidamente, sob aplausos de todos, da necessidade de criação de um Exército Revolucionário para enfrentar a opressão [...]. A necessidade da violência para transformar o País foi votada nesta assembléia e aprovada (apud Valle, 1999, p. 49).

Em 5 de julho, entretanto, o governo federal decretou a proibição de passeatas em todo país, fechando, no âmbito legal, o principal meio de expressão estudantil.

Manifestações convocadas a seguir viram-se reprimidas com ainda mais vigor, e cada vez menos pessoas se encorajavam a seguir as passeatas.

Outra forma de ação também se viu cerceada. Eram as greves e ocupações das faculdades pelos estudantes, em destaque as da USP (Universidade de São Paulo), na capital paulista. Em outubro, deu-se a “Guerra da Maria Antonia” (nome de rua em São Paulo onde se deu este conflito), quando membros do ultraconservador CCC (Comando de Caça aos Comunistas, grupo para-militar formado por estudantes universitários), alojados na Universidade Mackenzie, travaram um violento duelo contra os estudantes esquerdistas que ocupavam a Faculdade de Filosofia da USP, sob a liderança do presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, José Dirceu (que seria depois presidente do Partido dos Trabalhadores e ministro do governo Lula entre 2003 e 2005). Ao final, a Faculdade de Filosofia foi incendiada, sob o olhar conivente da polícia.

Outras faculdades foram também desocupadas pela ação policial. Passeatas em São Paulo em 3 e 10 de outubro viram-se intensamente reprimidas. Momento ainda mais grave foi a intervenção da polícia no Congresso da UNE em Ibiúna/ SP, encontro clandestino com cerca de 800 delegados e observadores de entidades estudantis de todo o país. A polícia prendeu quase todos. Chegaram a haver protestos em vários locais do país contra as prisões, sob intensa repressão, destacando-se o “Dia Nacional de Protesto” em 22 de outubro.

A violência da ditadura entrava em um crescente e, em breve, suas forças – polícias, serviços de informação, Forças Armadas e grupos paramilitares – se organizariam na Operação Bandeirantes, responsável por sinistras ações contra os seus adversários nos anos seguintes. Ainda em 1968, a polícia atirou contra passeatas estudantis no Rio de Janeiro, em 23 e 24 de outubro. O CCC realizou atentados a bomba contra peças de teatro e editoras consideradas como pervertidas e comunistas. Enfim, o Exército, com tropas e tanques, ocupou a Cidade Universitária (campus da USP) em 17 de dezembro, o último reduto do movimento de 1968.

O ímpeto juvenil e rebelde de 1968, deste modo, veio por se dispersar. Por um lado, a classe média logo se acomodaria melhor ao sistema vigente, quando se deu o “milagre econômico” no início da década seguinte, anos de acelerado crescimento da economia nacional que muito beneficiou esta camada social. Por outro, a rebelião juvenil se bifurcou entre os rebeldes comportamentais – os *hippies* brasileiros, amantes

da liberdade sexual e da experimentação de drogas – e a luta armada – organizações de esquerda que desejavam derrubar o regime à força.

As metas e estratégias das esquerdas armadas se baseavam principalmente no guevarismo e outras doutrinas radicais afins que propunham a Revolução Socialista imediata por meio de guerrilhas urbanas e rurais. Diante da derrota do movimento de 68, vários estudantes consideraram que a única opção era o ingresso nestes grupos clandestinos, que já agiam desde o final de 1967, como a ALN (Aliança Libertadora Nacional) de Carlos Marighella (1911-1969) e a Vanguarda Popular Revolucionária de Carlos Lamarca (1937-1971). Por sinal, ambos os Carlos foram mortos pela repressão.

Quando o governo decretou o AI-5, a ditadura passou ainda mais a prender, torturar, expulsar do país e até matar aqueles que, real ou supostamente, desejavam derrubá-la. Contra os estudantes, reservou para o início de 1969 o Decreto n. 477, que estipulava que fazer ou participar de greve, passeata ou simplesmente distribuir “material subversivo” era um grave delito. Os estudantes dos anos 1970 viram seu espaço constantemente cerceado e vigiado, punidos por um radicalismo que não tinha sido o de sua geração e, ainda por cima – como os jovens de hoje –, foram acusados como alienados pela mesma sociedade que não lhes dava condições de ser um verdadeiro protagonista da vida política.

6. Os jovens e as artes

Nos anos 1960, no Brasil, uma verdadeira revolução estética e mercadológica atingiu a produção artística. Revolução que se deu juntamente com a transformação dos comportamentos, com o surgimento das novas esquerdas, com a crescente insatisfação das classes médias intelectualizadas em relação ao regime, com o crescimento da população universitária e com as revoltas estudantis. Tal correlação entre revolução artística e contestação foi mais evidente no teatro, no cinema e na música, principalmente pelo fato da população juvenil de classes médias, em destaque os universitários, tornarem-se o principal público – e, de fato, consumidores – da produção cultural “engajada”, ou seja, das artes que traziam mensagens de caráter político, social e cultural.

Também outras artes, como a literatura, a poesia e as artes plásticas, não ficaram alheias a estes processos, ainda que sua correlação com o público universitário nem sempre tenha sido tão evidente. Na literatura dos anos 1960, encontramos romances que se abriram às discussões sociais imediatas ou refletiram questões políticas abertas pelos movimentos de contestação: Antonio Callado em *Quarup* (1967) e *Bar Don Juan* (1971, que discute a “esquerda festiva”), Carlos Heitor Cony de *Pessach – A travessia* (1967), Érico Veríssimo em *Incidente em Antares* (1970), Ignácio de Loyola Brandão com *Zero* (que, censurado no Brasil, só foi lançado na Itália em 1970) (Galvão, 1999). Quanto à poesia, primeiro, antigos poemas de caráter político e social foram retomados, como *Operário em construção* de Vinícius de Moraes, e *A rosa do povo* de Carlos Drummond de Andrade. No início da década de 1960, os poetas do Centro Popular de Cultura da UNE também lançaram obras que se destacaram principalmente pela correlação entre arte, movimento estudantil e o desejo populista de “encontrar o povo”: em 1962 e 1963, Moacir Félix escreveu os três volumes da série *Violão de rua* (poemas para serem lidos em voz alta em reuniões e assembléias) e Ferreira Gullar (presidente do CPC em 1963) publicou romances de cordel. Em 1965, Thiago de Mello compôs os poemas *Faz escuro mas eu canto* e *Canto do amor armado*, no mesmo ano em que o auto de natal em versos de João Cabral de Melo Neto, *Morte e vida severina*, foi transformado na mais bem sucedida peça teatral destes tempos (ibid.).

As artes plásticas também entraram em um interessante estado de ebulição, a partir do diálogo com os acontecimentos políticos e os movimentos sociais da segunda

metade dos anos 1960. Um ponto inicial é o dia 12 de agosto de 1965, abertura da coletiva *Opinião 65*, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro – que misturava artistas nacionais e internacionais preocupados com a renovação das artes e da sociedade: Antonio Dias, Carlos Vergara, Roberto Magalhães e Hélio Oiticica. Seguiram-se novas mostras coletivas, também no Rio de Janeiro: *Supermercado 66*, *Opinião 66*, *Pare* e *Nova Objetividade Brasileira* (em 1967). Na última, Hélio Oiticica apresentou seu célebre trabalho *Tropicália*, que viria dar nome ao movimento tropicalista. Hélio Oiticica assim expressou os denominadores comuns destas mostras: “Vontade construtiva geral; tendência para o objeto ao ser negado e superado o quadro de cavalete; participação do espectador; tomada de posição em relação a problemas políticos, sociais e éticos; tendência a uma arte coletiva; ressurgimento do problema da antiarte” (Catálogo da mostra *Nova objetividade brasileira* apud Pedroso; Vasquez, 1998).

Alguns propuseram mesmo levar a obra de arte para fora das galerias e museus, como os paulistas Flávio Motta e Nelson Leirner, que pertenciam ao Grupo Rex. Eles produziram uma série de bandeiras, as primeiras com motivos rurais, as segundas com motivos urbanos, para exposição em plena rua, em fins de 1967. Sob o argumento de que os artistas eram camelôs trabalhando sem alvará, fiscais da Prefeitura proibiram a manifestação e confiscaram suas bandeiras. Motta e Leirner levaram então a proposta ao Rio de Janeiro, convidando vários outros artistas, entre eles Oiticica, a realizarem novas bandeiras. Elas foram expostas, agora sem problemas, na praça General Osório, em fevereiro de 1968. Entre as obras, a bandeira de Tozzi, *Guevara, vivo ou morto*, além da homenagem de Oiticica ao bandido carioca Cara de Cavalo, com a frase *Seja marginal, seja herói* (bandeira que seria reutilizada, provocando forte polêmica, em *show* de Caetano Veloso, Gilberto Gil e Mutantes). Destacou-se nesta tendência o ciclo *Arte no Aterro – um mês de arte pública*, realizada diante do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, entre 6 e 28 de julho: era um gigantesco *happening*, e na divulgação foi usada até mesmo a tática da distribuição de panfletos, no clima dos protestos estudantis. Um dos panfletos dizia: “A arte é do povo e para o povo. [...] A arte deve ser levada à rua. Para ser compreendida pelo povo deve ser feita diante dele, sem mistérios. De preferência coletivamente. Qualquer um pode fazer arte. E boa arte. Para tanto deve ver obras de arte. E conversar diretamente com os artistas, críticos e professores” (apud *ibid.*). No mesmo espírito “populista”, se deu a exposição *O artista brasileiro e a*

iconografia de massa, em abril de 1968, usando meios industriais de produção e pregando a idéia da arte como parte da vida cotidiana.

Entre os artistas deste período, destacam-se Hélio Oiticica e Lygia Clark. Entre as obras revisitadas pela exposição *Trinta anos de 68*, percebemos influências das manifestações estudantis e de mitos juvenis, como o de Che Guevara, e mesmo o imaginário em torno da guerrilha: lembrando a *pop art*, obras de Antonio Manuel usam quadrinhos e notícias de jornal para denunciar a repressão policial e a censura (*A imagem da violência* e *Sem censura*, de 1968), Cláudio Tozzi coloca rosto do Che e de uma jovem gritando, lembrando o estilo dos quadrinhos (*Guevara*, de 1967, e *O grito*, da série *Revolta*, 1968), Carlos Zilo também coloca o desenho do Che alvejado por tiros (*Passos que prosseguem*, 1967) e um rosto dentro de uma marmita, com a palavra “Lute” no lugar dos lábios (*Lute [Marmita]*, 1967) (*Trinta anos de 68, catálogo da exposição*, 1998).

Outra forma de inter-relação entre arte e politização no Brasil de então, talvez a “última trincheira”, foi o humorismo político, representado principalmente pelo semanário *O Pasquim*, criado no Rio em 1969, onde trabalharam os cartunistas Jaguar, Henfil, Ziraldo, Claudius e outros. Aliás, em 1970, toda a redação do *Pasquim* e até o porteiro foram presos pela repressão. O motivo foi uma das várias charges irônicas da revista que desagradou a ditadura, já paranóica também pelas notícias publicadas mundo afora sobre as torturas praticadas contra os presos políticos.

Quanto ao cinema, a crescente preocupação de novos ou “engajados” cineastas com temas políticos e sociais desembocaria no que ficou conhecido como o “cinema novo”. Já no final dos anos 1960, surgiam filmes com temática social que inspirariam esta nova onda, inclusive dirigidos por cineastas que se destacariam no cinema novo: Nelson Pereira dos Santos (*Rio 40 Graus* e *Rio Zona norte*), Roberto Santos (*O grande momento*) e Gláuber Rocha (*O pátio* e *Barravento*). O próprio CPC da UNE iria gastar praticamente todos os seus recursos para produzir o filme coletivo *Cinco vezes favela* em 1962. Os anos de 1963 e 64 não foram apenas o da crise do populismo e do golpe militar, mas também os anos do primeiro auge do “cinema novo”, com os filmes *Vidas Secas* (de Nelson Pererira dos Santos) e *Deus e o diabo na terra do sol* (Gláuber Rocha) – na verdade, dois dos mais importantes filmes da história do cinema brasileiro. A temática predominante no início do cinema novo era a rural, em torno da miséria do sertão nordestino, como se veria também em *Os fuzis* (Ruy Guerra) e *Cabra marcado*

para morrer (de Eduardo Coutinho, iniciado em 1964 mas só completado em 1984). Posteriormente, o cinema novo ingressaria em temas mais urbanos, discutindo as incertezas da classe média: *O desafio* (Paulo C. Sarraceni, 1965), *Terra em Transe* (Gláuber Rocha, 1967), *O bravo guerreiro* (G. Dahl, 1969) e *Macunaíma* (Joaquim P. de Andrade, 1969).

O cinema novo brasileiro também se engajou no espírito “terceiro-mundista” de então, representado pela pregação que Gláuber Rocha fazia da necessidade de se criar um “estilo colonial” ou uma “estética da pobreza”, próprios do cinema brasileiro. O cinema novo fazia a defesa de propostas semi-artesanais, do cinema de autor e do destaque às discussões político-sociais, defesa presente no famoso axioma de Gláuber: “Uma câmara na mão, uma idéia na cabeça”. Ao mesmo tempo, estas propostas aproximavam o cinema novo brasileiro de outros “cinemas novos” produzidos então (na Itália, na França, na Alemanha e até nos Estados Unidos). Graças a esta proximidade, o cinema novo brasileiro também conseguiu repercussão internacional dentro dos ambientes e festivais que cultivavam os filmes de arte, principalmente na Europa.

Sobre o teatro politizado no Brasil nos anos 1960, na verdade, é preciso apenas retomar a sua história, pois pudemos já acompanhar a formação do CPC da UNE. Vimos no CPC um caso forte de inter-relação entre movimento estudantil e arte politizada. Não apenas o teatro se destacaria entre as produções do CPC, mas a herança das propostas do CPC na dramaturgia sobreviveriam com muita força mesmo após a vitória do golpe militar e a destruição do recém-inaugurado teatro da UNE. Convém até retomar um trecho do “Anteprojeto do Manifesto do CPC da UNE”, de março de 1962, em que certa ortodoxia esquerdista mistura-se com populismo, voluntarismo, excesso de confiança e elitismo, mas também com uma abertura para a integração entre arte e política:

Não ignorando as forças propulsoras que, partindo da base econômica, determinam em larga medida nossas idéias e nossa prática, não podemos ser vítimas das ilusões infundadas que convertem as obras dos artistas brasileiros em dóceis instrumentos da dominação, em lugar de serem, como deveriam ser, as armas espirituais da libertação material e cultural do nosso povo. [...] Os membros do CPC optaram por ser povo, por ser parte integrante do povo, destacamentos de seu exército no front cultural (apud Coelho, 2º sem./1998, p. 161).

Na verdade, à influência do CPC soma-se a continuidade da atividade de dois teatros paulistas politizados, oriundos dos anos 1950, o Oficina e o Arena. O Arena, dirigido por Augusto Boal, adotava um tom mais didático, uma postura brechtiana e era

menos inovador nas questões estéticas. Já o Oficina, dirigido por José Celso Martinez Correa, encaminharia-se para um teatro de choque, contundente e profanador.

Nos primeiros anos após o golpe de 1964, destacaram-se também os *shows* do Opinião – mistura de teatro e espetáculo musical –, que reuniram vários dos elementos oriundos do CPC da UNE, além da participação de membros do Arena. Em dezembro de 1964 estreava o *show Opinião* (que daria nome ao próprio grupo), que teria longa permanência em cartaz. Era dirigido por Augusto Boal e interpretado por músicos da MPB (Música Popular Brasileira), como Nara Leão (depois substituída por Maria Bethânia) e sambistas de morro (Zé Keti e João do Vale). Fechado o terreno da política institucional, a classe média intelectualizada que fazia oposição ao regime encontrava nas artes dramáticas e musicais um campo relativamente livre para a contestação. Deste modo, ao contrário das intenções originais e recriando um paradoxo que o próprio CPC da UNE enfrentou, o *show Opinião* não foi efetivamente um espetáculo para “educar o povo”, mas na verdade o “primeiro ritual cívico onde artistas e platéia” (ambos das classes médias intelectualizadas) “protestavam contra a ditadura” (Paes, 1992, p. 77).

No ano seguinte o Opinião em conjunto com o Arena produziria outro *show* politizado, *Liberdade, liberdade* (de Millôr Fernandes e Flávio Rangel). Também, o Arena faria *Arena conta Zumbi* (de Guarnieri e Boal, musicado por Edu Lobo). Mas o grande destaque do teatro deste ano, a peça que melhor encarnou mesmo o “espírito da época”, foi *Morte e vida Severina*, poema de João Cabral de Melo Neto que foi adaptado ao teatro e encenado por vários grupos universitários, como o TUCA (grupo de teatro da Universidade Católica) de São Paulo e Rio de Janeiro e o TUSP (grupo de teatro da USP). Musicada por Chico Buarque, a interpretação de *Morte e vida Severina* venceu um festival de Teatro Universitário na França e, mais importante, ressaltou a mobilização dos estudantes em direção à arte com temáticas sociais progressistas, fazendo uso das estéticas que se acreditavam mais atuais e inovadoras.

Em 1967, novo *show* do Arena fazia com que um tema histórico musicado se tornasse uma crítica figurada ao regime anti-democrático: *Arena conta Tiradentes* (de Boal e Guarnieri). O Opinião encenava peças de Ferreira Gullar com parceiros: *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come* (1966), *A saída? onde fica a saída?* (1967) e *Dr. Getúlio, sua vida e sua glória* (1968). Mas teriam mais destaque as peças dirigidas por José Celso Martinez Corrêa: *O rei da vela* e *Roda viva*. *O rei da vela* havia sido escrita por Oswald de Andrade há vários anos e era finalmente encenada em 1967, numa

montagem que utilizava técnicas para chocar o público que lembravam o “teatro de guerrilha” norte-americano. Quando a peça *Roda viva*, de autoria de Chico Buarque, estreou em janeiro de 1968, o próprio Martinez parodiou Guevara dizendo que “era preciso abrir uma série de Vietnãs na cultura” (apud Moraes; Reis Filho, 1998, p. 69). Martinez também pregava a “estética da porrada”, fazendo com que um texto relativamente convencional se transformasse numa série de provocações à platéia, ao “público burguês”. O problema é que a extrema-direita, através do CCC, também responderia com “porrada” às provocações, interrompendo a peça e espancando os atores de *Roda viva*. A repressão cultural também atingiria o Arena, cuja última peça, *Primeira feira paulista de opinião*, pesada crítica ao regime, foi proibida após a decretação do AI-5. Boal, diretor do Arena, seria preso e, depois de solto, iria para o exílio.

Na verdade, a influência das teses do CPC se fizeram também na música endereçada às classes médias (que seria logo conhecida como MPB, de Música Popular Brasileira, apesar do seu público predominante vir das camadas médias). Da bossa nova, estilo inicialmente mais propenso a cantar temas amenos, surgiria uma linha “engajada”, graças à influência do CPC da UNE e das tendências do populismo no início dos anos 1960. Logo surgiria desta bossa nova “engajada” a chamada “música de protesto”, que iria vingar principalmente dentro dos *shows* musicados do Opinião e Arena, daí atingindo a indústria fonográfica, programas de televisão (como *O fino da bossa*) e os Festivais de Música Popular. A música de protesto tinha temáticas e postura semelhantes às do teatro engajado e do cinema novo (inclusive, a música de protesto seria trilha sonora de alguns filmes do cinema novo, como *Deus e o Diabo na terra do sol*). As canções tinham letras de conteúdo político e social, buscando ser – como era a proposta da “arte revolucionária” do CPC – instrumento de conscientização das classes populares. Carlos Lyra, Nara Leão, João do Vale, Geraldo Vandré, Chico Buarque, Maria Bethânia, Elis Regina, Gilberto Gil, Edu Lobo, Capinam e vários outros eram os compositores e/ou intérpretes de canções em que o conteúdo politizado era supervalorizado nas letras, acompanhadas de ritmos e melodias que evocavam os estilos populares, sertanejos, rurais ou folclóricos de música.

Apesar de vários momentos de brilhantismo, a música de protesto sofreu com alguns dos limites da concepção da “arte popular revolucionária” do CPC, que pregava a confecção de obras simples e sem experimentalismo estético, supostamente a melhor

maneira de transmitir às classes populares os temas políticos. Mas, assim como o teatro engajado, a música de protesto foi consumida primordialmente pelas classes médias intelectualizadas, ajudando a satisfazer um pouco aqueles que desejavam contestar de alguma forma o regime e o sistema social vigentes. Havia uma contradição entre a estética simplista e o consumo efetivo deste estilo, o que foi desde logo denunciado por bossa-novistas que criticavam a canção de protesto:

Falar de terra na areia do Arpoador
 Quem pelo pobre na vida não faz um favor
 Falar de morro morando de frente por mar
 Não vai fazer ninguém melhorar
 (“A Resposta”, de Marcos e Paulo Sérgio Valle, apud Almeida, 1996, p. 67).

No show *Opinião*, em 1964, a simplicidade desejada esteticamente convivia com um conteúdo supostamente progressista, mas igualmente simplista e ingênuo, influenciado muito pelos valores reformistas do populismo radical vencido pelo golpe de março no campo político:

quem vê eu bate
 enxada no chão
 com força e coragem
 com satisfação
 é só me dá terra
 pra ver como é
 eu planto feijão
 arroz e café
 vai ser bom pra mim
 e bom pro doutor
 eu mando feijão
 ele manda trator
 vocês vão ver
 o que é produção
 (*Sina de Caboco*, de Nara Leão e João do Vale, apud ibid. p. 69-70).

Mas da música de protesto também saíram compositores que se tornariam verdadeiros poetas, como Chico Buarque. Chico foi a principal revelação musical oriunda do ambiente universitário. Ele era estudante de arquitetura da USP, faculdade que seria o centro dos debates culturais do movimento estudantil paulista em 1968. Contudo, a canção de protesto encontraria em *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, um momento ímpar. Era 1968 e a música com melodia simples e letra nua, crua e direta contra o regime militar, como nunca se vira antes na música de protesto, conquistava as platéias juvenis do Festival Internacional da Canção. As platéias exigiam a vitória da música de Vandré, mas o festival premiaria *Sabiá* de Tom Jobim e Chico Buarque, tremendamente (e injustamente) vaiada. Vandré acabaria tendo

seus *shows* cerceados pelo regime e a própria “música de protesto” como um todo sucumbiria diante do AI-5. Meses antes do AI-5, no entanto, a música de Vandr e era um hino em prol da audácia da juventude e uma conclama o pouco disfarçada   luta armada. Também era uma crítica aos militares assim como   aqueles que se aproximavam dos valores da contracultura (como os tropicalistas):

Caminhando e cantando e seguindo a can o
Somos todos iguais braços dados ou não
Nas escolas nas ruas, campos, constru es
Caminhando e cantando e seguindo a can o

Vem, vamos embora que esperar não   saber
Quem sabe faz a hora não espera acontecer

Pelos campos a fome em grandes planta es
Pelas ruas marchando indecisos cordões
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão
E acreditam nas flores vencendo o canhão

Há soldados armados, amados ou não
Quase todos perdidos de arma na mão
Nos quartéis lhes ensinam uma antiga li o
De morrer pela pátria e viver sem razão

Nas escolas, nas ruas, campos, constru es
Somos todos soldados, armados ou não
Caminhando e cantando e seguindo a can o
Somos todos iguais, braços dados ou não

Os amores na mente, as flores no chão
A certeza na frente, a História na mão
Caminhando e cantando e seguindo a can o
Aprendendo e ensinando uma nova li o
(“Pra não dizer que não falei das flores”, apud Almeida, 1996, p. 80).

Outro estilo que mergulharia de maneira profunda nas contradi es entre arte e política, MPB e movimento estudantil, contesta o e repressão, foi o tropicalismo. Um “nascimento” do tropicalismo se deu no III Festival da Música Popular da TV Record, em 1967, quando Caetano Veloso e Gilberto Gil apresentaram músicas inovadoras no contexto da MPB de então. *Alegria, alegria*, de Caetano, e *Domingo no parque*, de Gil, foram apresentadas com o acompanhamento de guitarras, teclados elétricos e bateria, chocando os puristas e anti-imperialistas musicais. As letras também fugiam muito das temáticas e do enfoque tradicional da can o de protesto, seja pelo ritmo “cinematográfico” de *Domingo no Parque*, seja pela colcha de retalhos nos versos de

Alegria, alegria (que também discutia temas como o movimento *hippie* e a liberdade sexual).

Em agosto de 1968 era lançado o disco-manifesto *Tropicália ou Panis et Circensis*, reunindo Caetano, Gil, Gal Costa, Nara Leão, Tom Zé, Torquato Neto, Os Mutantes e Rogério Duprat. O momento em que o tropicalismo atingiria seu auge criativo foi exatamente o mesmo em que o movimento estudantil atingiu seu ponto culminante. O encontro poderia ter ficado marcado pelos temas muito semelhantes das reflexões dos tropicalistas e da prática dos estudantes: a contestação dos valores morais, a busca da liberdade sexual, a ampliação da liberdade no campo dos comportamentos, novas formas de luta, o dilema atraso/modernidade e a conjunção entre arte e política. Na verdade, porém, as questões comportamentais debatidas com mais consciência pelo tropicalismo e que faziam parte da *práxis* das massas juvenis de classe média já em 1968, não fizeram parte das discussões e das metas dos líderes do movimento estudantil, nem das novas esquerdas brasileiras. Pelo contrário, nas poucas vezes em que os temas mais profundamente elaborados pela contracultura, como a liberdade sexual, o uso de drogas e o conflito de gerações apareciam nos documentos das esquerdas estudantis, eram considerados até mesmo como um “desvio” em relação ao que era principal, a luta contra a ditadura e/ou o imperialismo. O próprio anti-imperialismo das novas esquerdas dificultava, por parte delas, a assimilação de atitudes estéticas “antropofágicas” do tropicalismo, como a adoção de guitarras elétricas.

Deste modo, certamente pela influência das idéias e ideologias das esquerdas estudantis, o encontro entre tropicalismo e movimento estudantil ficou marcado por um incidente. Os universitários formavam grande parte dos festivais de MPB, forçando a adaptação dos vencedores e, logo, de todas as canções apresentadas, aos padrões da música de protesto – politicamente engajada, esteticamente convencional. Ao mesmo tempo, Caetano Veloso parecia desaprovar aquela juventude “que podia pendurar retratos de Che Guevara na parede, mas irresponsavelmente, pois permanecia no fundo dependente dos velhos valores familiares (apud Maciel, 1996, p. 200). Em 15 de setembro de 1968, numa eliminatória do Festival Internacional da Canção de São Paulo, no auditório do TUCA (Teatro da Universidade Católica), o público recebeu agressivamente Caetano e os Mutantes, após vaiar compulsivamente Gilberto Gil e sua *Questão de ordem* (uma sátira ao assembleísmo estudantil, por sinal). Caetano interpretava *É proibido proibir*. Na letra da música, versos evocam o *slogan* e os eventos de Paris em Maio de 68 (“É proibido proibir”, “os automóveis ardem em

chamas”), fazem críticas ao *establishment* e aos valores morais tradicionais (“A mãe da virgem diz que não”, “E além da porta há o porteiro”), recusam as restrições sexuais (“Me dê um beijo meu amor”) e, enfim, pregam um certo espírito anárquico (“Derrubar as prateleiras/ as estantes/ as estátuas/ as vidraças/ louças/ livros”). Durante a apresentação, em meio a vaias e todo tipo de objetos atirados ao palco pelo público, Caetano concluiu, aos berros: “E eu digo é proibido proibir. Fora do tom. Sem melodia” (ibid.). Em seguida, interrompeu a música e começou um discurso inflamado contra o patrulhamento cultural de certas “esquerdas”, acusando-as de conservadoras no plano estético e comportamental:

Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder! Vocês têm coragem de aplaudir este ano uma música que vocês não teriam coragem de aplaudir no ano passado! São a mesma juventude que vai sempre, sempre, matar amanhã o velhote inimigo que morreu ontem... Vocês não estão entendendo nada, nada, nada. Absolutamente nada... O problema é o seguinte: estão querendo policiar a música brasileira. Mas eu e o Gil já abrimos o caminho... Não fingimos aqui que desconhecemos o que seja festival, não. Ninguém nunca me ouviu falar assim, entendeu? Só queria dizer isso, *baby*, sabe como é? Nós, eu e ele, tivemos coragem de entrar em todas as estruturas e sair de todas. E vocês? E vocês? Se vocês em política forem como em estética, estamos feitos (apud Brandão; Duarte, 1990, p. 74).

Mas segundo relatos de militantes do movimento estudantil, como José Dirceu e Alex Polari, nem todos os jovens que adotavam idéias de esquerda desprezavam o tropicalismo, e muitos o admiravam – afinal, *Soy loco por ti América* homenageava (com versos em português e espanhol) Che Guevara (“*el hombre muerto*”), *Misere Nobis* tinha um verso que combinava as palavras brasil/fuzil/canhão e *Divino Maravilhoso* aludia aos perigos vividos pelos militantes da guerrilha urbana (Coelho, 2º sem./1989). Mesmo a tropicália influenciou a politização de alguns futuros membros da luta armada:

Quando ouvi pela primeira vez o disco *Tropicália* de Caetano Veloso e logo em seguida *Panis et Circenses*, senti que alguma coisa importante estava acontecendo e que essa coisa afinava de uma maneira incrível com a minha sensibilidade... Agora era a minha descoberta dentro de um país confuso, injusto, engraçado. Foi a única vez que me emocionei com esse país, que estive próximo a me sentir produtor de sua história e sua cultura (Alex Polari apud ibid., p. 169-70).

Mas o tropicalismo concebia também outras frentes de luta e manifestação, não apenas discutia a luta armada, mas também a revolução “formal” ou estética (como prova a sua relação com o concretismo e com músicos vanguardistas eruditos, como Rogério Duprat e Júlio Medaglia). Finalmente, como já foi dito, o tropicalismo pregava a contestação no campo dos comportamentos, denunciando instituições repressivas e

valores tradicionais em canções como *É proibido proibir*, *Mamãe Coragem* (de Caetano e Torquato Neto) e *Panis et Circenses* (Caetano e Gil). Para Maciel, “a revolução proposta pelos jovens tropicalistas era muito mais abrangente, porque buscava um questionamento existencial” (1996, p. 200). Segundo Coelho, “a Tropicália compartilhava a posição defendida pela esquerda de que a obra de arte deve ter por objeto a realidade brasileira e estar associada às lutas por mudanças revolucionárias, tendo construído, no entanto, uma versão própria desta posição”, analisando mais complexamente a realidade e com uma noção de Revolução que incorporava a “revolução nos comportamentos individuais às mudanças sociais” (2º sem./1989, p. 159).

De qualquer forma, também as autoridades do governo militar combateram o tropicalismo, num crescente de arbitrariedade que vitimava também o movimento estudantil e as outras artes engajadas. Em 13 de outubro de 1968, um promotor público e um delegado tentaram censurar o *show* de Caetano Veloso, Gilberto Gil e Mutantes que se realizaria na boate Sucata, no Rio de Janeiro. Caetano recusou a censura e a denunciou publicamente, de modo que o *show* foi proibido e a boate foi interdita – atraía a atenção das autoridades a bandeira de Hélio Oiticica que homenageava o bandido Cara de Cavalo, usada no cenário, apesar delas alegarem oficialmente que Caetano faria no *show* uma paródia do Hino Nacional com versos ofensivos às Forças Armadas (o que não era verdade) (Vazquez, 1998).

Com o AI-5 em dezembro de 1968, Gil e Caetano seriam presos. Depois de libertos, em 1969, os dois foram coagidos a abandonar o país e exilaram-se em Londres. Seguiam também o rumo do exílio, então, outros importantes artistas da produção cultural engajada, como Geraldo Vandré, Augusto Boal, José Celso Martinez Corrêa, Gláuber Rocha e muitos outros.

Sobre o tema da integração entre arte “engajada” e movimento estudantil, em 1968, é necessário destacar os atos de protesto realizados pela classe artística contra o regime militar e/ou em solidariedade ao movimento estudantil. Nestes protestos, destacaram-se os artistas de teatro que, antes mesmo do início dos grandes protestos juvenis de 1968, já realizavam manifestações contra a falta de liberdade de expressão. Em 12 de fevereiro, artistas de teatro do Rio de Janeiro e São Paulo declararam-se em greve e realizaram vigílias cívicas nas escadarias dos Teatros Municipais das duas cidades, protestando contra a proibição da peça *Um bonde chamado desejo* – os artistas entraram em confronto com a polícia e a atriz Tônia Carrero foi presa (ibid.).

Quando Edson Luís foi morto pela polícia, em 28 de março de 1968, o dramaturgo Plínio Marcos imediatamente tomou a decisão de convocar uma greve dos artistas de teatro. Com a ajuda dos estudantes, os teatros foram sendo fechados. Primeiro, peças do teatro “engajado” foram sendo paralisadas, mas logo outras peças também, no Rio de Janeiro, foram parando com os estudantes subindo no palco para explicar ao público os motivos do protesto: “Nós comemorávamos cada teatro fechado como uma vitória contra a ditadura. O nosso protesto era um sucesso, e nos sentíamos fortalecidos em cada um deles” (Maciel, 1996, p. 169). Os artistas ligados ao PCB, no entanto, criticaram duramente a atitude de Plínio Marcos e de outros artistas que o auxiliaram, como Luís Carlos Maciel. Os criticados, que às vezes eram chamados de “esquerda porra louca”, reagiram também agressivamente em uma assembléia da classe teatral: “É isso mesmo. Vamos planejar outras ações igualmente eficientes! Vocês estão teorizando em cima do cadáver de um menino” (ibid., p. 171). Uma nova manifestação da classe teatral se deu em junho de 1968, quando enviaram um abaixo-assinado para o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, protestando contra a prisão do diretor Flávio Rangel, também humilhado na cadeia (teve a cabeça raspada e foi obrigado a limpar o chão da sua cela com a língua). No abaixo-assinado, os artistas também declaravam que não mais acatariam as ordens da censura (Vazquez, 1998).

Mais importante ainda que a rebelião solidária de parte da classe artística em 1968, foi a relação de quase simbiose entre a arte engajada e seu público, os estudantes. Ou melhor, em 1968 ficou nítido que da massa estudantil saíam os principais protestos contra o regime militar, assim como a platéia que aplaudia e consumia as criações da arte politizada e, finalmente, uma proporção importante da própria produção cultural “engajada”: “Entre artistas e estudantes havia um intercâmbio permanente de energias. Pode-se dizer que se estimulavam reciprocamente em suas buscas, indagações e caminhos. O público estudantil compunha, em sua maioria, a platéia participativa dos festivais de música das peças de teatro, dos filmes e dos *shows*” (Morais; Reis Filho, 1998, p. 20). Entre os estudantes se formariam cine-clubes e se organizariam festivais de cinema, teatro e música estudantil, seriam impressos jornais e revistas das entidades estudantis.⁵ Estudantes, artistas e intelectuais, em 1968, pareciam formar uma única “comunidade de gostos”:

⁵ Os jornais e publicações dos estudantes costumavam ter seções com a programação cultural e críticas de arte. Por exemplo, no jornal *Grêmio Informa*, do Grêmio da Filosofia da USP, em maio de 1968, temos análises de peças de teatro (como *Roda Viva*, elogiada) e de filmes (como *A chinesa*, de Godard, severamente criticado – “o problema todo é que ele não consegue diferenciar política da propaganda comercial”).

Distinguiam-se na aparência das roupas..., na preferência pelas cores, na comum hostilidade à rotinização da vida, na procura de novos horizontes musicais, de novas propostas de vida afetiva (a revolução da pílula) e de percepção da vida (o consumo de drogas leves...). Os artistas tiveram aqui um papel de vanguarda. A crítica ao conservadorismo ultrapassava o domínio estrito do discurso político do poder para alcançar as raízes do comportamento, das relações afetivas, da vida cotidiana (Morais; Reis Filho, 1999, p. 20) .

Paradoxal, e quase constrangedor, é quase terminar este livro citando o ex-Ministro da Casa Civil José Dirceu... Porém, sua presença não pode ser ignorada, ao se levar em conta seu papel como líder estudantil em 1968, o que motiva a não deletar o que me pareceu um belo quase desfecho para esta narrativa sobre a cultura nos anos 1960 e o movimento estudantil:

A geração de 68 foi um estado de espírito. Embora tenhamos sido derrotados politicamente – a ditadura continuou firme por muitos anos –, nós mudamos a cara do país. Porque o movimento estudantil também era música, teatro, cineclube... Era cultura, linguagem, propostas inovadoras: não haveria o cinema novo sem o movimento estudantil e seu público, nem o teatro de vanguarda, a música popular, as artes plásticas. Toda a produção cultural e artística do Brasil, tal como a conhecemos hoje, seria outra sem aquela extraordinária explosão de criatividade (Dirceu; Palmeira, 1998, p. 26).

Mas ainda não se disse tudo. Houve tristes trevas depois da luz. Entre as artes, talvez seja a poesia a que melhor saiba falar das trevas que vêm depois da luz... Na poesia, ainda houve outra manifestação muito importante para esta obra, ainda que tenha surgido no início dos anos 1970: a poesia marginal. Ela refletiria num olhar menos otimista, a *posteriori*, as grandes questões sociais e políticas do final dos anos 1960, assim como os percalços da luta armada e da contracultura. A poesia jovem dos anos 70 “desmentindo o senso comum, foi extremamente atenta às crises político-existenciais da história de seu tempo, e ainda como se empenhou, em verso e prosa, em redefinir a própria maneira de pensar e viver a poesia” (Hollanda; Pereira, 1981, p. 11). Pois, como afirmava Paulo Leminski, um dos nomes mais importantes desta geração, utilizando letras datilografadas e “portunhol”

en la lucha de clases
todas las armas son buenas
piedras
noches
poemas
(apud *ibid.*, p. 18).

Também foi um poeta desta “geração 1970” Alex Polari, que havia se engajado na luta armada em 1969, na VPR. Detido em 1971, foi condenado à prisão perpétua, sendo liberto com a Lei da Anistia em 1979. Escreveria poemas que refletiram sobre sua passagem do movimento estudantil à luta armada e, finalmente, à prisão:

nossa geração teve pouco tempo
 começou pelo fim
 mas foi bela nossa procura
 ah! moça, como foi bela a nossa procura
 mesmo com tanta ilusão perdida
 quebrada,
 mesmo com tanto caco de sonho
 onde até hoje
 a gente se corta
 (apud *ibid.*, p. 12).

Em geral, principalmente no início dos anos 1970, as poesias tinham que usar uma linguagem pouco clara, como um código cifrado. Era difícil fazer abertamente referências a temas políticos, como a luta armada ou a tortura, num momento de forte censura e repressão:

Meu coração
 de mil e novecentos e setenta e dois
 já não palpita fagueiro
 sabe que há morcegos de pesadas olheiras
 que há cabras malignas que há
 cardumes de hienas infiltradas
 no vão da unha na alma
 um porco belicoso de radar
 e que sangra e ri
 e que sangra e ri
 a vida anoitece provisória
 centuriões sentinelas
 do Oiapoque ao Chuí
 (Cacaso, “Logia e Mitologia” apud *ibid.*, p. 15).

Conclusão

Há oito anos atrás, eu defendia minha tese de doutorado sobre os movimentos estudantis de 1968. Pouco antes, em 1998, como costuma acontecer nos anos terminados em “8”, uma série de produções culturais – acadêmicas e jornalísticas em especial – procuravam contar às novas gerações sobre o que tinha acontecido em 1968 e fazer avaliações sobre tudo aquilo. Minha tese não deixou de fazer parte deste legado, tentando, primeiro, descrever 1968 com certa objetividade e, segundo, avaliar tanto a criatividade quanto as contradições daquela onda mundial de revoltas.

Hoje, em 2008, 40 anos após do ano que eu não vivi – nasci em 1971 – faço eu parte de, talvez, uma nova senda de saudações e críticas àquele ano que já foi chamado de “mágico” e “não-terminado”. Mas busquei neste livro o tom mais narrativo e descritivo, de modo algum neutro ou objetivo, já que isto não é possível – principalmente quando se quer. Quis mostrar às novas gerações, aqueles que estão ainda mais distantes do ano que eu também não vivi, um pouco das delícias e das agruras daquelas revoltas dos jovens das classes médias urbanas mundo afora, mas sem me preocupar, a todo o momento, fazer avaliações sobre heranças e erros históricos.

Confesso que a motivação para escrever esta obra veio, primeiro, da agradável sugestão do amigo editor, mas também foi estimulante a possibilidade de revisitar textos publicados de modo mais restrito ou que ficaram apenas impressos nas páginas daquela tese. Tive que escrever alguns textos novos, em que o tom de narração aos jovens de hoje foi assumido ainda mais conscientemente. Mas, ao revisar e buscar dar organicidade a este conjunto de escritos, fui movido pela vontade de combater algumas mistificações e preconceitos.

A principal delas era a mistificação dos “anos rebeldes”, concebendo-o como um tempo mítico em que os jovens seriam, por algum desígnio incomensurável, românticos, revolucionários, conscientes, engajados. Mito que serviu e serve para rotular os tempos que vieram depois, e os seus jovens, como materialistas, alienados, acomodados, despolitizados, individualistas. Maniqueísmo, simplificações e julgamentos apressados. Contra tudo isto, desejei mostrar que a juventude nunca é uma só, e que os jovens de 1968 que nós costumamos olhar – e que este livro também focou – eram jovens universitários, oriundos das grandes cidades no Brasil e mundo afora. Entretanto, havia e há jovens das camadas populares e das elites, dos campos e das pequenas cidades, no

Ensino Básico e fora da escola, negros e indígenas. Mas pude, melhor do que esta diversidade, demonstrar que a rebeldia é uma expressão que tem seus condicionantes históricos e sociais. É fácil contar a história *a posteriori*, como quase sempre fazemos, mas isto permite que a compreensão do contexto contribua para a compreensão do fato – a saber, a relação entre as rebeldias de uma parcela das juventudes nos anos 1960 com os aspectos político-ideológicos de um mundo imerso na Guerra Fria e os processos sócio-econômicos de modernização industrial, entre outros.

Poderia terminar este livro com uma descrição didática de revoltas que aconteceram depois de 1968, focando o Brasil e não esquecendo das passeatas contra o impeachment de Collor em 1992. Ficaria muito bem uma análise de movimentos ocorridos em nosso país recentemente, como as ocupações de universidades públicas em 2006 e diversas ações do Movimento Passe Livre, este último protagonizado especialmente por estudantes secundaristas bastante informados por ideais libertários. Poderia completar esta listagem, talvez, um sumário das não-revoltas e das quase-revoltas no campo do comportamento e cultura, impresso entre a criatividade e o assédio da indústria cultural e do mercado de consumo. Mas assim, quase fazendo um rascunho atraente do que poderia ser este índice pós-1968, prefiro terminar incentivando o leitor a buscar, ele próprio, seja nas bibliotecas, nas livrarias e na Internet, seja no mundo público e na corrente viva das experiências sócio-culturais, a compreensão engajada daquelas rebeldias que desejam o que não-é e vivem o que pode-ser no aqui-e-agora.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Cláudio Aguiar. **Cultura e sociedade no Brasil**. 1940-1968. São Paulo: Atual, 1996
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil – 4**. Constrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 319-410, cap. 5.
- ALVES, Márcio Moreira. **68 mudou o mundo**. A explosão dos sonhos libertários e a guinada conservadora num ano que valeu por décadas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- ANTE PROJETO DE CARTA POLÍTICA PARA UNE. *mimeo*, 1968.
- A SITUAÇÃO NO BRASIL E O MOVIMENTO ESTUDANTIL. documento preparatório ao 30º Congresso da UNE, *mimeo*, 1968.
- A UNE E O 30º CONGRESSO. Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP. n. 1, 1968.
- BOSC, Serge; BOUGUEREAU, Jean-Marceau. O movimento dos estudantes berlinenses - um precedente?. In: _____; _____; GAVI, Philippe. **A crise européia: revolta ou revolução**. Rio de Janeiro: Degrau, 1968, p. 15-78.
- BRANDÃO, Antonio Carlos; DUARTE, Milton Fernandes. **Movimentos culturais de juventude**. São Paulo: Moderna, 1990.
- BROUÉ, Pierre. **A primavera dos povos começa em Praga**. São Paulo: Kairós, 1979.
- CAMACHO, Thimoteo. **Cultura dos trabalhadores e crise política**. Estudo sobre o Centro Popular de Cultura do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Santo André: Fundo de Cultura do Município de Santo André, 1999.
- CANTOR, M. **The divided left**. American radicalism, 1900-1975. New York: Hill and Wang, Toronto: McGraw-Hill, American Century Series, 1978.
- CARTA POLÍTICA DA UNE. *Revisão*, Grêmio da Filosofia da USP, n. 5, set./1967
- CASTAÑEDA, Jorge G. **Utopia desarmada**. Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- COELHO, Cláudio Novaes Pinto. A tropicália: cultura e política nos anos 60. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, vol. 1, n. 2, 2º sem./1989, p. 159-176.
- COHN-BENDIT, Daniel. **O grande bazar**. As revoltas de 1968. Conversas com Michel Lévy, Jean-Marc Salmon e Maren Sell, Brasiliense: São Paulo, 1988.
- CONTRIBUIÇÃO AO XX CONGRESSO DA UNE. Combate intransigente a ditadura e ao imperialismo ianque. *mimeo*, 1968.
- DANTAS FILHO, José; DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **A república bossa-nova**. A democracia populista (1954-1964). São Paulo: Atual, 1991.
- DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a ditadura**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, Garamond, 1998.

DUTSCHKE, Rudi. Los estudiantes antiautoritarios y las contradicciones del capitalismo tardío. In: BERGMANN, Uwe et. al. **La rebelión de los estudiantes**, Barcelona: Ariel, 1976, p. 57-163.

O ESTADO DE S. PAULO. 10/maio/1998, p. A8

FAGALI NETO, Jorge. Apresentação. *Revista DCE USP Livre*, n. 1, São Paulo, 1965, p. 1.

FOLHA DE S. PAULO, 30/mar./1998, p. 5.3.

_____. 6/dez./1998, p. 1.12.

_____. 21/maio/2000, p. A-6.

FORACCHI, Marialice M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1972.

GALBRAITH, John Kenneth. **O novo Estado Industrial**. 2ª ed., São Paulo: Pioneira, 1977.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Nas asas de 1968: rumos, ritmos e rimas. In: VIEIRA, Maria Alice; GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). **Rebeldes e contestadores**. 1968: Brasil, França e Alemanha. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 143-158.

GARRIGÓ, Andrés. **La rebeldia universitária**. Madri: Guadarrama, 1970.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5ª ed., São Paulo: Ática, 1998.

Grêmio Informa. Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, mimeo, São Paulo, maio/1968.

GROPPO, Luís Antonio. **Uma onda mundial de revoltas**. Movimentos estudantis nos anos 1960. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

_____. Lamentos que vêm do Norte: a crítica à globalização em David Korten. *Ciências Sociais Unisinos*. Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale dos Sinos, v. 39, n. 163, São Leopoldo: Unisinos, 2003, p. 81-108.

_____. Transculturação e novas utopias. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), n. 64, 2005, p. 61-84.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. 1968: ano da derrubada do ensino pago no Paraná. In: MARTINS FILHO, José Roberto (org.). **1968 faz 30 anos**. Campinas: Mercado de Letras, São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 1998, p. 95-128.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**. O breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 282-313.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (sel., notas e estudos). **Poesia Jovem – Anos 70**. São Paulo: Abril Educação, 1982.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JORNAL DA UEE. Gestão Nova UEE, mimeo, São Paulo, ago./1968.

MACIEL, Luiz Carlos Maciel. **Geração em transe**. Memórias do tempo do tropicalismo, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996

MARC, J. O movimento estudantil e a luta popular. *mimeo*, 1968.

MARTINS FILHO, João Roberto. Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor. In: _____ (org.). **1968 faz 30 anos**. Campinas: Mercado de Letras, São Paulo: Fapesp, São Carlos: Editora da Unesp, 1998, p. 11-26.

MONTEIRO, J. P. Contribuição ao XXX Congresso da UNE. Combate intransigente à ditadura e ao imperialismo ianque. *mimeo*, 1968.

MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. *Tempo Social*. 1 (2), São Paulo, 2º sem./1989, p. 135-158.

MORAIS, Pedro de; REIS FILHO, Daniel A. **1968**. A paixão de uma utopia. 2ª ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MUGGIATI, R. **História do rock, vol. 3**: Os anos rebeldes. São Paulo: Três, 1984.

O povo na luta derrota a ditadura e expulsa a ditadura. *mimeo*, 1968.

PAES, Maria Helena Simões. **Em nome da segurança nacional**. Do golpe de 64 ao início da abertura. São Paulo: Atual, 1995.

_____. **A década de 60**. Rebeldia, contestação e repressão política. Ática: São Paulo, 1992

PAZ, Octávio. Olimpíada e Tlatelolco. In: _____. **O labirinto da solidão e Post-Scriptum**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PEDREIRA, Fernando. “A noite dos coronéis”, in. Brasil política. 1964-1975, São Paulo: Difel, 1975., pp. 104-108

Peçanha, Dóris Lieth Nunes. Movimento Beat. Abordagem literária, sócio-histórica e psicanalítica, Petrópolis: Vozes, 1988.

Franklin Pedroso e Pedro Karp Vasquez. “Questão de ordem. Vanguarda e política na arte brasileira”, in. Trinta anos de 68, catálogo da exposição, Rio de Janeiro, 1998.

PERRONE, F. **Relato de guerra: Praga, São Paulo, Paris**. São Paulo: Busca Vida, 1988.

POERNER, Artur José. *O poder jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PONIATOWSKA, Elena. **La noche de Tlatelolco. Testimonios de historia oral**, Cidade do México: Era, 1987.

Daniel Aarão Reis Filho. “1968, o curto ano de todos os desejos”, In. Maria Alice Vieira e Marco Aurélio Garcia (orgs.). Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, pp. 61-71

REVISTA UNE. “Preparatória do XXX Congresso da UNE “. n. 1, 1968, p. 9.

SANFELICE, José Luiz. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*, São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.

SAVIO, Mario. "An end to History", In. Hal DRAPER. **Berkeley: The new student revolt**, Nova York: Grove/ Black Cat, 1965.

SINGER, Helena. **República das crianças. Uma investigação sobre experiências escolares de resistência**, São Paulo: Hucitec, 1997.

Alfredo Sirkis. "Os paradoxos de 1968", in. Garcia, Marco Aurélio e Maria Alice Vieira (orgs.). Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 111-116

Trinta anos de 68, catálogo da exposição, Rio de Janeiro, 1998

VALLE, M. R. do. "O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968". 1997. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

VALLE, Maria R. do. *O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*, Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

Pedro Karp Vazquez. "Cronologia", in. *Trinta anos de 68, catálogo da exposição*, Rio de Janeiro, 1998.

VELASCO, Sebastião. "Significados da conjuntura de 1968", In: VIEIRA, Maria Alice; GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). **Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha**, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 105-110.

VENTURA, Zuenir. **1968. O ano que não terminou. A aventura de uma geração**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

VIALE, Guido. "Contra la universidad", In. Revista *Pensamiento crítico*, Havana, n. 19, 1969, p. 3-47.